

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Arlindo Gomes de Lima Neto

**A relação entre aspectos de cunho maniqueísta na religião católica e a  
escultura gótica na Baixa Idade Média**

Natal/RN

2006

ARLINDO GOMES DE LIMA NETO

**A relação entre aspectos de cunho maniqueísta na religião católica e a  
escultura gótica na Baixa Idade Média**

Monografia apresentada à disciplina *Pesquisa Histórica II*,  
para obtenção do diploma de bacharel no curso de história,  
feita sob orientação da professora Conceição Guilherme Coelho.

Natal/ RN

2006

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	4
<b>1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO PERÍODO DE FLORESCIMENTO DA ARTE GÓTICA</b>	7
<b>1.1 Formação do Estado Francês</b>	8
<b>1.2 As classes sociais na Baixa Idade Média</b>	11
<b>1.3 Comércio e vida urbana na Baixa Idade Média</b>	16
<b>1.4 As cruzadas e a expansão do cristianismo</b>	19
<b>2 ESTÉTICA NA IDADE MÉDIA</b>	23
<b>2.1 Da Idade das Trevas a idade das Cores</b>	23
<b>2.2 A Arte Gótica</b>	26
<b>3 O INFERNO, O PURGATÓRIO E O PARAÍSO EXPRESSOS NA ARTE GÓTICA E NO IMAGINÁRIO MEDIEVAL</b>	30
<b>3.1 O Inferno, o Purgatório e o Paraíso</b>	30
3.1.1 A personificação do maligno na figura do Diabo	31
3.1.2 O Purgatório	36
3.1.3 A localização do Paraíso	39
<b>3.2 O Demônio, o Inferno e o Paraíso expressos na arte</b>	41
3.2.1 A figura do Demônio expressa na arte	42
3.2.2. O paraíso e o simbólico expressos na arte	44
<b>CONCLUSÃO</b>	46
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	48

## INTRODUÇÃO

Na Idade Média, o cristianismo e a fé católica se expandiram por toda a Europa e a Igreja Católica, mais importante instituição do período, exercendo forte influência na política, economia e, de maneira mais notável, no cotidiano das pessoas, uma vez que ela possuía tanto poder e influência a ponto de ter condições de moldar o imaginário e a cultura da maneira que melhor se adequava a seus propósitos.

Nesse período (rotulado por historiadores da corrente tradicional positivista de Idade das Trevas, devido a idéia de estagnação da cultura clássica), as artes ganham um notável incentivo por parte da Igreja. Estilos artísticos se modificam, evoluem e incorporam novas técnicas à medida que a fé cristã se expandia e entrava em contato com os povos ainda não cristianizados de origem germânica e com os povos do oriente, estes principalmente devido ao movimento das cruzadas. As artes, nesse contexto, estão à serviço da Igreja Católica e entre os estilos que se destacaram no período medieval estão o estilo Românico e o Gótico. Este surgiu no período da Baixa Idade Média e é o principal objeto de estudo desta pesquisa.

Na Baixa Idade Média surgem alguns movimentos contestadores à fé católica e a Igreja utilizou-se dos mais diversos meios para contê-los, manter sob seu domínio os fiéis e se expandir, catequizando cada vez mais pessoas. Além de movimentos contestadores, existia o paganismo, ainda muito forte nas regiões da França, Alemanha e Áustria, antes habitadas pelos povos germânicos. Nesse contexto e nesses locais em que o paganismo se mostra tão forte e presente, surge a Arte Gótica, com suas imponentes catedrais, com seu ideal de beleza sombria e tenebrosa, que tinham como objetivo amedrontar os fiéis com a eterna luta entre o bem e o mal, mostrando o verdadeiro caminho do bem, com suas histórias e passagens bíblicas, sendo retratadas nas entradas e nas colunas das igrejas, e, ao mesmo tempo, amedrontando os “maus-fiéis” com a

resuscitad  
infl.  
gótico

D (vz

idéia do inferno e das torturas pelas quais suas almas iriam passar após suas mortes no plano físico, pagando assim pelos seus pecados.

O poderio da Igreja é atestado pela imponência das construções, que deixa sempre uma mensagem subliminar para os fiéis quanto ao caminho a ser seguido afim de se alcançar a salvação e da condenação, ao mesmo tempo os castigos a que estariam sujeitos quando chegasse o momento de sua morte.

Esta pesquisa, procura estudar a maneira como a Igreja Católica se utilizou da Arte Gótica e, mais especificamente da parte tocante à escultura para moldar o imaginário cristão na Baixa Idade Média, tendo como principais marcos temporais o período entre os séculos XII e o XV, que são, respectivamente os séculos em que surgiram as primeiras expressões artísticas do estilo gótico e o século do florescimento cultural, em que emerge um novo estilo artístico: renascentista. No tocante ao espaço geográfico em que está delimitada esta pesquisa detem-se, principalmente, a região da França, que foi onde a Arte Gótica obteve o maior desenvolvimento e onde estão localizadas as catedrais góticas analisadas: Notre-Dame de Paris, Reims, Bourges e Chartres.

Como suporte teórico e metodológico desta pesquisa para entender a relação entre aspectos religiosos no tocante a idéia de Inferno, Purgatório e Paraíso, e a escultura gótica, na busca da compreensão de como e por que as artes estavam à serviço da Igreja, serão utilizados livros de História da Arte, como os de H. W. Janson e o de E. H. Gombrich, bem como livros da literatura de medievalistas tidos como referências para o estudo deste período, como Jacques Le Goff, para auxiliar, principalmente, nesta pesquisa no que concerne a contextualização da arte. Também serão usados livros específicos sobre o imaginário do mal, do demônio, do Inferno, de Robert Muchembled, e o de Heinrich Krauss para o estudo das idéias relacionadas ao Paraíso. Também será usado o livro de História da Igreja de Earle E. Cairns. Além dos livros estudados na

pesquisa, serão utilizadas como recursos diversas imagens, fotos, obtidas através de livros de história da arte e da internet, a serem analisadas, com o objetivo de que possa ser visualizado, nas expressões artísticas, as hipóteses propostas nesta pesquisa.

O principal objetivo desta pesquisa é o de analisar de que forma a Igreja Católica utilizou a arte gótica, destacando principalmente a escultura, para moldar e consolidar o imaginário religioso tão característico da Baixa Idade Média, mas, para isso, faz-se necessário um estudo para se entender o período em que surgiu a Arte Gótica, contextualizando o período, abordando aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais – esta contextualização corresponde ao primeiro capítulo da pesquisa. Em seguida, no segundo capítulo do presente trabalho, é feito um estudo sobre o ideal de beleza e os padrões estéticos característicos do período, bem como suas expressões na arte gótica. No terceiro capítulo e último capítulo, será apresentado um estudo sobre temas relacionados à idéia que se tinha do demônio, do Inferno, do Purgatório e do Paraíso, bem como suas representações artísticas.

Anexo a esta monografia, na condição de suporte ao entendimento do texto, está sendo entregue um CD-ROM onde estão gravadas as imagens utilizadas e analisadas neste trabalho.

## 1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO PERÍODO DE FLORESCIMENTO DA ARTE GÓTICA

A Idade Média é o longo período da História Ocidental. Se estendeu do século V ao século XV, segundo as divisões convencionadas pela historiografia tradicional positivista. Seu início foi marcado pela queda do Império Romano do Ocidente, apontado por alguns grupos de historiadores como tendo acontecido no ano de 476; e o fim, pela tomada de Constantinopla no ano de 1453.

Os humanistas dos séculos XV e XVI chamavam esse período de *Idade das Trevas*. Afirmavam que durante esse período havia ocorrido na Europa um retrocesso artístico, intelectual, filosófico e institucional, com a destruição dos valores da cultura greco-romana. Esta idéia, no entanto, sofreu e sofre diversas críticas e já se viu que este período foi, sim, de grande desenvolvimento e de suma importância para o processo de moldagem do pensamento no Mundo Ocidental.

O estudo da Idade Média pode ser dividido em duas partes: a Alta Idade Média, que se estende do século V ao IX, e Baixa Idade Média, que abrange os séculos IX ao XV, e é este o período em que foi feito o recorte cronológico desta pesquisa.

A arte, o simbolismo e alguns dos aspectos culturais estudados foram, também, abordados, estudados, utilizados como fontes de pesquisa por alguns estudiosos, por alguns pesquisadores que seguem a corrente positivista, mas esta pesquisa, apesar de utilizar de alguns métodos desta corrente historiográfica, está muito mais próxima de correntes como a da Nova História e a da História Cultural.

Esta pesquisa detem-se principalmente no período que é conhecido com Baixa Idade Média e nos locais onde o desenvolvimento da Arte Gótica na França, país em que estão

localizadas as principais catedrais através das quais farei esta pesquisa: Reims, Notre-Dame de Paris, Bourges e Chartres<sup>1</sup>.

### **1.1 Formação do Estado Francês**

Após a morte de Carlos Magno, que ocorreu no ano de 814, o forte império Carolíngio passou a apresentar os primeiros sinais de decadência. Logo depois da morte do monarca, os seus netos, pelo tratado de Verdum, concordaram em dividir o império em três partes. As duas maiores partes desta divisão correspondiam a França Ocidental, que ficou com Carlos o Calvo, e a França Oriental, que corresponde, hoje aos territórios referentes aos Estados Francês e Alemão, foi destinada a Luis, o Germânico. A outra parte, a menor das três divididas, formou um reino que abrangia os territórios onde hoje se localizam a Bélgica, Holanda e a Alsácia Lorena, que foi destinada a Lotário. Mas, ao contrário do que se previa, logo essas três partes passaram à dominação Feudal, sendo dominadas por lideranças locais, como duques e príncipes, renegando a liderança nacional a um segundo plano. Os governantes não eram reis, mas sim espécies de líderes locais, que eram pequenos príncipes, condes e duques. A situação do poder se degradou que até os reis tiveram que se sujeitar a um nível bem inferior de hierarquia, passando a ser e a exercer atividades muito mais próximas a de um suserano feudal do que de um monarca, como lhe competia. Esses reis ainda que vagamente possuíssem grande preponderância moral, praticamente já não tinham autoridade como tal perante seus súditos, perante seu povo, além daquela autoridade, daquele poder que lhe cabiam na condição de Senhor Feudal.

---

<sup>1</sup> Imagens destas catedrais podem ser encontradas no CD entregue junto com esta monografia

Na França, essa situação começa a ser modificada quando Hugo Capeto, Conde de Paris, destronou o fraco monarca carolíngio, Luis V, e por muito tempo – mais de trezentos anos – os descendentes diretos do Conde ocuparam o trono francês.

As bases da monarquia francesa foram lançadas por Hugo Capeto e por seus primeiros descendentes, mas aquele que é considerado como um dos fundadores da monarquia francesa foi Filipe Augusto, que viveu entre os anos de 1180 e 1223. Ele jamais se considerou mais que um suserano feudal alto, mas, no entanto a maioria dos seus atos políticos teve como principal objetivo enfraquecer a estrutura social, político e econômica vigente. Entre seus atos políticos visando o enfraquecimento do antigo sistema feudal, o que talvez tenha sido o de maior importância para o enfraquecimento deste tenha sido o de arrecadação de impostos, agora pagos em dinheiro, e não mais em obrigações. Ele também nomeou baillios e senescais, que tinham como função supervisionar a administração da justiça nos tribunais feudais. O monarca também tomou atitudes visando a formação de exército nacional submetido a seu controle, e não mais ao das lideranças locais.

O segundo que agiu para a consolidação do poder monárquico da França foi Luis IX, que viveu entre os anos de 1226 à 1270. Luis IX trabalhou para aumentar o poder monárquico, chegando, inclusive, a adotar medidas em que apenas a uma moeda passava a ser aceita em todas as partes do reino – nascia, assim, uma moeda nacional.

Tendo uma personalidade extremamente interessante, o monarca era uma mescla de devoção exagerada, benevolência astuciosa e ambicioso espírito prático. Luis IX, em dados momentos de sua vida, chegou a imitar a vida de um monge e chegou, em outros, a receber pobres em sua mesa e até mesmo a servir leprosos. O monarca era, então, uma espécie de filantropo.

Entretanto:

Talvez a mais significativa medida entre as quais tomou tenha sido a de assumir pessoalmente o poder de decretar ordenações para todo o país, sem o prévio consentimento de seus vassallos. Nada, talvez, poderia ter expressado uma negação mais enérgica dos princípios feudais [...].<sup>2</sup>

E mais longe ainda foi levada a evolução da monarquia nacional na França durante o reinado de Filipe, o Belo. Sua política pode ser caracterizada pela ambição, que o levou a expulsar judeus e banqueiros italianos do país para confiscar seus bens e propriedades. Ele chegou, também, a transformar praticamente todos os tributos feudais em impostos diretos. Seus atos para com a justiça também tiveram grande significação durante o período em que esteve à frente na monarquia francesa, visando a consolidação da doutrina básica para a soberania absoluta do Estado.

No entanto, o ato que mais alcançou significação foi a sua tentativa de taxar os bens de Igreja, que desencadeou uma enorme contenda entre o Rei e o Papa. Dois resultados importantes surgiram dessas medidas: a sujeição da Igreja Católica Francesa ao Rei e a convocação do que veio a ser considerado o primeiro parlamento da história da França. Após essa contenda, o monarca, visando apurar a opinião dos seus súditos perante o caso, convocou uma assembléia do clero, dos nobres leigos e dos representantes das cidades, pois eram estas as principais classes. Nascia, assim, os Estados Gerais.

Contraditoriamente, o poder monárquico francês consolidou-se após a Guerra dos Cem anos, que se estendeu entre os anos de 1337 e 1453.

As lutas, durante esse conflito, não foram contínuas, embora a inimizade entre os dois exércitos dos países rivais o fosse.

---

<sup>2</sup> BURNS, Edward McNall. O aparecimento das monarquias nacionais. In: \_\_\_\_\_ *História da civilização ocidental*. 23. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 334.

Durante a maioria dos conflitos, os exércitos ingleses saíram vencedores, pois eram melhor organizados e não sofriam os extremos de discórdia que assolavam os exércitos franceses.

As vitórias para o lado francês começaram a aparecer com maior frequência depois que surgiu a figura de Joana D'Arc, que se apresentou alegando ter sido encarregada por Deus para expulsar os ingleses de todo o território. Em pouco tempo, a carismática guerreira libertou quase toda a França Central, que estava sob domínio inglês.

Em 1430, Joana D'Arc foi aprisionada e julgada como feiticeira por um tribunal eclesiástico. Ela acabou por ser condenada e queimada viva na praça pública de Ruão. Mas, como acontece com os mártires, ela foi mais poderosa morta do que viva. Seu nome foi tomado como sinônimo de patriotismo na França e os anos seguintes foram marcados por ininterruptas vitórias do lado francês, até que, em 1453, a tomada de Bordéus, ultimo reduto inglês, pôs fim ao conflito.

A despeito da confusão e dos sofrimentos da Guerra, a França emergia com bastante consciência nacional para permitir a consolidação dos poderes reais dentro de um regime de monarquia absoluta. A consumação desse processo assinalou a transição final do feudalismo para algo que se assemelha a um estado moderno.<sup>3</sup>

## 1.2 As classes sociais na Baixa Idade Média

O mundo medieval é um palco de singulares conflitos, dominado pela cristandade e a sociedade é, antes de mais nada, palco de uma luta entre a unidade e a diversidade, que, por sua vez, representa, nessa sociedade dominada pelos dogmatismos cristãos, um palco onde são travadas infindáveis lutas entre o bem e o mal.

---

<sup>3</sup> BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. p. 336.

A sociedade medieval foi caracterizada por sua pouca mobilidade social, com raríssimas condições de ascensão social. Era uma sociedade, também, em mudança – principalmente nesse período da Baixa Idade Média –, em que começam a surgir contestações quanto a ordem pré-estabelecida de submissão, de não contestação, e mesmo de mudanças provocadas por novas classes sociais, principalmente a burguesia, ou de grupos sociais emergentes, como, por exemplo, a dos mercadores, que é apontada como uma classe que “marca a passagem de uma economia fechada para uma economia aberta e o aparecimento de uma classe econômica que não se dispõe a submeter-se à classe clerical e à classe militar.”<sup>4</sup> Em um sermão de um inglês, citado por Le Goff, aparecem palavras como: “Deus fez os clérigos, os cavaleiros e os lavradores; mas o demônio fez os burgueses e os usurários”. Essas palavras, essa idéia, serve perfeitamente para demonstrar o quanto essa ascendente classe perturbava as demais, solidamente estabelecidas, e o quanto inquietou e modificou certas ordens previamente estabelecidas.

A burguesia representava uma classe que contestava a ordem estabelecida. Era uma ordem de submissão, de não contestação, mas essa nova classe contestava, membros dela não se submetiam as regras, as ordens, que eram de submissão, de apatia por parte das pessoas para com as regras preestabelecidas por membros das classes superiores, responsáveis por toda a ideologia vigente nessa sociedade.

De maneira geral, esta sociedade é apontada, tanto pela literatura da época como pelas próprias produções historiográficas feitas recentemente, como sendo uma sociedade dividida basicamente em três classes, ou, “um povo triplo”<sup>5</sup>: sacerdotes, os guerreiros e os camponeses, sendo que estes representam a maior parcela, em termos numéricos, dessa sociedade. Mas essas classes, apesar de antagônicas, de completamente distintas, necessitam uma da outra, de forma

---

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. V. 2 p. 16.

<sup>5</sup> *Ibidem*. p. 9

que chegam a representar até um corpo harmonioso. As duas primeiras classes, apesar de serem as mais poderosas, as que detinham a terra<sup>6</sup>, dependiam desta última, que era a responsável pela produção de alimentos. Justifica-se ideologicamente essa estrutura como sendo algo necessário, pois se faz necessário que uns ordenem (a primeira classe, representada pelo clero), uns combatam (a segunda classe, representada pelos guerreiros, pelos nobres) e outros, enfim, trabalhem para sustentar as demais em termos de alimentos.

Alguns historiadores contemporâneos<sup>7</sup> chegam, inclusive, a dividir essa sociedade de forma a serem levadas em conta a profissão de cada membro. Em algumas dessas divisões, chegam a ser apontadas dezenove categorias, subdivididas em profissões.

Por exemplo, o bispo Rathier de Verona indica, no século X, dezenove categorias: os civis, os militares, os artífices, os médicos, os mercadores, os advogados, os juizes, as testemunhas, os procuradores, os patronos, os mercenários, os conselheiros, os senhores, os escravos (ou servos), os mestres, os alunos, os ricos, os medianos e os mendigos.<sup>8</sup>

Outros chegam a dividir as classes levando em conta outros fatores, de acordo com os seus interesses ou com as suas crenças. Mas, o que há em comum entre todas essas divisões é o fato de sempre a classe dos trabalhadores, dos lavradores, dos camponeses, enfim, dos que tem como finalidade de prover as classes abastadas de alimentos, aparecer, sempre, como sendo a última classe, a menos favorecida. Curiosidade, também, está no fato de as mulheres quase nunca serem citadas nessas divisões, e, quando o são, serem colocadas entre os lugares mais baixos, sendo colocadas abaixo mesmo dos camponeses rebeldes, acima apenas dos “irmãos pregadores”,

---

<sup>6</sup> A terra era a principal riqueza, era o principal símbolo de poder no período.

<sup>7</sup> Georges Dumézil e Vasilij I. Abaev, por exemplo.

<sup>8</sup> LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. p. 11

segundo a divisão de um sermão alemão de cerca de 1220, que enumerou 28 estados (categorias).

Mas, a mais das vezes, a sociedade reduz-se ao confronto entre dois grupos: os clérigos e os leigos numa certa perspectiva, os poderosos e os fracos, ou os grandes e os pequenos, ou ainda os ricos e os pobres quando apenas se considera a sociedade laica, e os livres e os não-livres quando se está no plano jurídico. [...] Uma minoria monopoliza as funções de direção – direção espiritual, direção política, direção econômica; a massa sujeita-se.<sup>9</sup>

Na França, essa divisão, basicamente em três partes distintas, deu origem aos Três Estados, como normalmente são conhecidas as três categorias sociais vigentes naquele país: o Clero, a Nobreza e o Terceiro Estado. Esta última categoria era composta pelas camadas superiores da burguesia e pela classe dos notáveis. Os plebeus e classes “menos poderosas”, como a composta por membros da burguesia mais baixa, ficavam de fora dessa divisão. Essas classes menos favorecidas ficavam à margem da sociedade.

A queda desse esquema, dessa idéia de sociedade dividida em três partidos está intimamente ligada ao desenvolvimento urbano dos séculos XI ao XIII, que marcou a queda ou enfraquecimento das antigas classes hegemônicas e a ascensão sólida e definitiva da burguesia. Nesse contexto, a Igreja é levada a adaptar-se, e chega a admitir a existência desses novos estados emergentes.

Essa nova sociedade passa a ser rotulada de “sociedade do Diabo”, em que a idéia do mal, amplamente difundida pela Igreja Católica, única instituição que se manteve no poder durante toda a Idade Média, passa a utilizar para retomar o controle da sociedade, usando, para isso, do controle do imaginário, do controle mais forte e mais influente da fé, e isso representa uma nova ordem na história do pensamento ocidental.

---

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. p. 12

O poder, de fato, nessa sociedade, era disputado por duas forças: pelo Imperador e pelo Papa. O imperador, de fato, possuía um poder muito mais teórico do que real, uma vez que muitas vezes sua autoridade era combatida e contestada por lideranças locais<sup>10</sup> e príncipes. Já o Papa, apesar de também ter o seu poder e sua autoridade contestada por alguns grupos, por algumas pessoas, essas contestações não chegaram, de fato, a surtir o efeito desejado (pelo menos não de imediato no período em questão). De fato, a autoridade do imperador era contestada pela sociedade laica, assim como a autoridade papal. As contestações ao poder da Igreja eram muitas vezes colocadas como heresias e combatidas como tal.

O caráter de poder religioso, o caráter espiritual, o caráter divino era tão fortemente difundido na Idade Média que os imperadores, e mesmo papas, tentavam, a todo custo, fazer com que lhes fosse reconhecido o caráter religioso, sagrado, divino de sua autoridade, fazendo com que surgisse nesse período a expressão de “rei coroado por Deus”. A autoridade do monarca, sendo colocada como tal, adquiria um caráter de infalibilidade, de superioridade e o rei podia, como representante divino, como tendo sido imbuído desse poder por Deus, podia governar de uma maneira mais despótica.

A influência e o poder da Igreja era tamanho nesse período que a autoridade plena do soberano só era plenamente reconhecido – em muitos casos – quando este era oficialmente reconhecido pela Igreja.

Inocêncio [por exemplo] cria ser o “Vigário de Cristo”, com autoridade suprema na Terra. Achava que os reis e príncipes derivavam dele sua autoridade, podendo ele excomungá-los, depô-los ou colocar até mesmo o Estado sob interdito, que proibia o clero de celebrar todas as cerimônias essenciais da Igreja. Cria que Deus dera ao sucessor de São Pedro a tarefa de governar o mundo inteiro e a Igreja. O papa estava acima do homem e abaixo de Deus.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Duques, Condes, Mordomos do Palácio, por exemplo.

<sup>11</sup> CAIRNS, Earle E. História da Igreja Medieval: 590-1517. In: \_\_\_\_\_. *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995. p. 174-175.

A Igreja teve papel importante na sociedade medieval, não somente no plano espiritual, mas também no domínio material. No período de maior ruralização da economia, que se estendeu por praticamente toda a Alta Idade Média, a Igreja, antes concentrada nas cidades, foi obrigada a se deslocar para o campo, e os bispos e abades se tornaram verdadeiros senhores feudais.

### **1.3 Comércio e vida urbana na Baixa Idade Média**

Mesmo no período de maior fechamento da economia medieval, o comércio não desapareceu por completo. Sempre houve feiras e mercados negociando produtos agrícolas, especiarias e produtos confeccionados artesanalmente, além de existir, nas feiras, produtos trazidos do oriente por mercadores que percorriam as grandes rotas comerciais existentes na época. No entanto, as novas condições do século XI revitalizaram e ampliaram essas atividades, propiciando o crescimento e o surgimento de novos núcleos urbanos.

Nessa época foi intenso o processo de marginalização social. Muitos servos que fugiam ou eram expulsos dos feudos dirigiam-se para os pequenos povoados e cidades em busca de sobrevivência. Aos poucos, renasciam e cresciam as atividades urbanas, especialmente o comércio e o artesanato.

É importante notar que, mesmo durante a Alta Idade Média, a vida urbana não desapareceu. Mesmo reduzidas, muitas cidades da época romana permaneceram como sedes de bispado ou mesmo centros administrativos e comerciais. É o caso, por exemplo, de Reims,

Estrasburgo, Viena, Colônia, Marselha, Veneza, Milão e Roma. Veneza é o exemplo mais claro, pois se tornou um grande centro comercial e econômico do Mediterrâneo por volta do século XI.

O desenvolvimento comercial da Baixa Idade Média dava origem a novas cidades, e estas intensificavam o comércio. A zona fortificada, denominada *Burgo*<sup>12</sup>, não comportava mais a crescente população, que ultrapassava então a fortaleza. Os castelos, símbolos da sociedade feudal, estagnaram, enquanto povoados cresciam cheios de vida, ajudando a formar uma nova ordem econômica. Aí se realizavam as feiras, mercadores armavam tendas, cambistas trocavam moedas, artesão fabricavam e expunham seus produtos.

Típicas criações medievais, os burgos e as abadias fortificadas deram origem a novas cidades, aproveitando-se das condições benéficas dos séculos XI e XII.

Com o crescimento demográfico, os burgos ficaram pequenos abrigar o crescente número de viajantes e comerciantes. Estes se instalaram então nos subúrbios fora das muralhas, chamados *forisburgo* ou *novos burgos*. Com o tempo, os *forisburgos* cercaram-se também de muralhas que deram origem a novas cidades. Foi o caso de Bourges e Gand, na atual região da Bélgica, de Douai e Arras, na atual França, de Oldenburg, na atual Alemanha. Bruges

As abadias, fortificadas para dar maior segurança aos monges, também abrigavam os camponeses da região em caso de invasão. A revitalização comercial fez com que ao pé de suas muralhas se estabelecessem núcleos de mercadores, que acabaram atraindo populações que lá se fixaram permanentemente.

Assim, muitas abadias construíram os núcleos de novas cidades, que conservavam os nomes dos santos aos quais eram dedicados. Foi o que aconteceu com Saint-Omer, Saint-Girons e Saint-Fargeau, na atual França; com San Mariono e San Gimignano, na Península Itálica, entre outras.

<sup>12</sup> Burgo é a denominação de inúmeras fortalezas edificadas nos inseguros séculos IX e X.

As cidades tiveram um crescimento desordenado, de maneira geral. As construções se sucediam ao acaso, sem nenhum plano, sem nenhum planejamento urbanístico. Pelas ruas tortuosas, os detritos eram atirados em qualquer lugar e, por uma vala, levados aos limites da cidade; lá se acumulavam à beira dos muros, formando focos de epidemias, e isso contribuiu para que surgissem diversas epidemias nesse período, sendo a *Peste Negra* apontada como a mais devastadora delas.

Os primeiros tempos de desenvolvimento do comércio durante a Idade Média foram difíceis. Não havia bons caminhos nem segurança. Por terra, os mercadores eram forçados a viajar em grupos, acompanhados de verdadeiras milícias, devido à insegurança, devido aos constantes assaltos, aos constantes ataques a grupos de mercadores e comerciantes que eram obrigados a viajar de um lugar a outro pelas estradas. E havia ainda os pedágios, que os senhores feudais cobravam de quem passava por suas terras.

Com o desenvolvimento comercial, surgiram os mercados urbanos, as companhias mercantis. O comércio deixou de ser itinerante e cíclico, passando a ter caráter constante.

A partir do século XI, o comércio no Mediterrâneo deixou de ser monopólio dos árabes. Aos poucos, Gênova e Pisa passaram a liderar a atividade comercial no Mediterrâneo Ocidental. Veneza e Sicília monopolizavam as atividades com o Oriente: compravam seda, perfumes, algodão, porcelana, marfim; forneciam tecidos de Milão, Florença, Flandres e outras regiões.

Veneza tornou-se a principal potência marítima do Mediterrâneo. Controlando os caminhos pelos Alpes, monopolizando grande parte do comércio de mercadorias de Bizâncio para o resto da Europa. No século XIII, seus ducados de ouro eram aceitos em toda parte, valendo como uma espécie de moeda internacional. A segunda potência econômica e comercial do período era a cidade de Gênova, também italiana.

Como em toda a Europa, o comércio no Norte não desapareceu de todo; na época em que os árabes controlavam o Mediterrâneo, os normandos garantiam na região a circulação de mercadorias entre o Oriente e o Ocidente. A rota do mar do norte era o terceiro centro comercial em importância da Europa durante a Idade Média e completava o circuito comercial formado pelos entrepostos do Oriente Médio (como Constantinopla), pelas cidades da península itálica e pela região de Flandres.

#### **1.4 As Cruzadas e a expansão do cristianismo**

Com o fim das invasões no século XI, teve início um período de estabilidade na Europa. Esse fato possibilitou o crescimento da população e o aumento da circulação de mercadorias, com os excedentes dos feudos sendo comercializados nas pequenas feiras locais. Em consequência, o pequeno mercado consumidor começou a se fortalecer.

Para elevar seus rendimentos, os senhores feudais aumentaram as obrigações dos servos. Muitos servos tiveram de abandonar as terras em que viviam ou mesmo acabaram expulsos delas; outros passaram a viver como mendigos ou bandidos – começavam a se romper assim os laços que sustentavam a economia feudal, fundamentada nas relações servis.

Para não fragmentar o poder, os senhores passaram a deixar os feudos como herança apenas ao filho mais velho. Os mais novos eram obrigados a procurar outros meios de sobrevivência. Jovens cavaleiros saíam então pelo mundo em busca de oportunidades: um casamento vantajoso, o seqüestro de grandes senhores para cobrar resgate ou, simplesmente, assaltos praticados nas estradas.

Os frequentes torneios dão idéia da belicosidade desses tempos. Nesses jogos, caçadas e combates, os cavaleiros não respeitavam sequer as plantações.

Na tentativa de controlar a situação, a Igreja interveio e proclamou a Paz de Deus, isto é, proteção aos lavradores, viajantes e mulheres. Instituiu também a Trégua de Deus: os combates passaram a ser limitados a noventa dias por ano e eram proibidos em dias de festa e de sexta a segunda-feira.

Os problemas causados pelo processo de marginalização social só começaram a ser solucionados quando os marginalizados foram direcionados para o combate aos muçulmanos, que controlavam o Mediterrâneo, grande parte da península Ibérica e a Terra Santa. Surgiram assim as Cruzadas, expedições militares organizadas pela Igreja e pelos reis, com o objetivo de recuperar as terras em poder dos infieis.

As Cruzadas foram a contra-ofensiva da cristandade diante do avanço dos muçulmanos. Na crise do final do século XI, representava também importante alternativa econômica, pois trouxeram a possibilidade de enriquecimento para seus integrantes, pela conquista de novas terras.

O caráter religioso das Cruzadas, entretanto, era essencial. No período medieval, as pessoas eram, antes de tudo, servidoras de Deus. Combater o infiel muçulmano dava-lhes vantagens materiais, mas representava também a salvação eterna, uma idéia fortemente difundida pela Igreja, como sendo o ideal, o propósito que todo cristão deve almejar.

Para a realização das Cruzadas, a ascensão do poder papal foi importante. Com o cisma ocorrido na Querela das Investiduras<sup>13</sup>, a Igreja passou a ter dois papas. O papa do exílio, Urbano II, queria demonstrar que era, de fato, o verdadeiro papa e reafirmar sua autoridade sobre toda a

---

<sup>13</sup> Contenda envolvendo a Igreja Católica e o imperador do Sacro Império Henrique IV em torno da questão das investiduras.

Igreja. Convocar a Cruzada era uma demonstração de força e prestígio junto aos fiéis. Reconquistar fiéis para a Igreja de Roma era mais um estímulo para a Cruzada.

A expansão da comunidade cristã no século XI não se limitou às Cruzadas. Ao mesmo tempo, os pequenos reinos iberos de Castela, Leão, Navarra e Aragão, com o apoio de parte da nobreza europeia, atraída pelas terras da península, começaram um movimento para expulsar os muçulmanos. A Reconquista teve início em 1086, com a tomada de Toledo, e se encerrou em 1492, com a conquista de Granada.

Bem diferentes foram as iniciativas de expansão de Gênova, Pisa e Nápoles. Essas cidades da península itálica reconquistaram as ilhas do Tirreno e posições ao norte da África. Conquistaram água, não terra, e contavam com a participação de camadas inferiores da população, os marinheiros; não reconstituíam o feudalismo, mas lançavam as sementes do renascimento comercial europeu no Mediterrâneo.

As cruzadas possibilitaram a primeira grande expansão territorial das sociedades europeias depois do recuo medieval. Elas tiveram enorme impacto na dinamização das atividades comerciais. Reabriram para os europeus o Mediterrâneo, que os muçulmanos haviam conquistado no século VIII. Fizeram entrar em circulação na Europa produtos orientais, sobretudo especiarias, importados dos portos do Mediterrâneo oriental pelas cidades da península itálica.

As Cruzadas deixaram importantes conseqüências políticas e sociais na Europa Ocidental. O feudalismo enfraqueceu porque muitos cavaleiros e nobres que saíram como cruzados jamais voltaram e também porque muitos venderam suas terras a camponeses ou à rica classe média da cidade para levantar fundos para as Cruzadas.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> CAIRNS, Earle E. História da Igreja Medieval: 590-1517. In: \_\_\_\_\_. *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995. p. 181

O contato entre os dois povos antagônicos – cristãos e muçulmanos – também foi de substancial importância para o desenvolvimento artístico e cultural dos povos do Ocidente. Com as Cruzadas, com as viagens empreendidas ao Oriente, os cristãos travaram conhecimentos com a cultura, o pensamento e a arte islã, e entre as influências trazidas desses povos, nota-se na arte gótica, principalmente nos seus vitrais, uma das mais marcante características desse estilo artístico.

## 2 ESTÉTICA NA IDADE MÉDIA

O dicionário Aurélio, defini o “Belo” como:

1. que tem forma perfeita e proporções harmônicas. 2. que é agradável aos sentidos. 3. elevado; sublime. 4. bom, generoso. 5. ameno, aprazível, sereno. [...] 9. de que resulta glória, honroso. [...] 12. qualidade atribuída a obras humanas que por isso dotadas de caráter estético.<sup>15</sup>

Estas definições encontradas facilmente em dicionários, apesar de bastante vastas e amplas servem de ponto de partida para se entender o significado que esta palavra adquiriu através dos séculos. Esta última definição citada, principalmente, será utilizada como ponto de partida para o entendimento, servirá de base para a compreensão do quão mutável pode adquirir a idéia de “beleza”, dependendo dos tempos e da sociedade em que o termo for utilizado.

O conceito que cada sociedade faz de “beleza” pode ser facilmente percebido através da arte, que é um verdadeiro espelho da sociedade à época. Na arte também estão imbuídos uma série de valores e intenções que o artista ou que determinado grupo que financiou a obra desejava transparecer, deseja expressar para a sociedade.

### 2.1 Da Idade das Trevas a Idade das Cores

Muitas pessoas, vendo a Idade das Trevas sob um ponto de vista convencionalmente, imaginam a Idade Média como uma época obscura, mesmo do ponto de vista

---

<sup>15</sup> HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975 p. 196.

colorístico. No entanto, o homem medieval, pelo menos se representa na poesia e na pintura em um ambiente luminosíssimo.

Nesse período se joga com cores elementares, com zonas cromáticas definidas e hostis à esfumatura, com combinação de tintas que geram luz pelo acordo do conjunto e não têm como característica uma luz que se envolva em claro-escuros ou que leve a cor para além dos limites da figura. Nas miniaturas e nas pinturas medieval, a luz parece irradiar-se dos objetos. Nessas pinturas, em telas ou em miniaturas, o artista jogava com contrastes violentos para se chegar a esse tom de cores. Jogava-se com amarelo e vermelho ou azul, com o esplendor do ouro, contrastando com tons frios e claros, como o lilás, o verde, o amarelo-areia ou o branco-azulado.

“Na Idade Média madura, Tomás de Aquino recorda que à beleza são necessárias três coisas: a proporção, a integridade e a *claritas*, vale dizer, a clareza e a luminosidade”<sup>16</sup>.

Uma das origens da estética da *Claritas* deriva certamente do fato de que em numerosas civilizações Deus era personificado com a luz: o Baal semítico, o Rá egípcio, o Ahura Mazda iraniano, são todas personificações do sol da benéfica ação da luz, que chega naturalmente à concepção do Bem como sol das idéias em Platão [...] Plotino herda da tradição grega a idéia de que o belo consistia sobretudo na proporção e sabe que esta última nasce de uma relação harmônica entre as várias partes de um todo. [...] Deus se identifica com o esplendor de uma espécie de *corrente luminosa* que percorre o universo.<sup>17</sup>

Na sociedade medieval, que é composta por ricos e poderosos e por pobres e deserdados, essa diferença, apesar de não exclusivas dessa sociedade, essa diferença entre ricos e pobres é mais marcada do que nas sociedades ocidentais e democráticas modernas porque em um mundo de escassos recursos e com um comércio baseado na troca *in natura*, assolado por pestilências e secas, o poder encontra sua manifestação exemplar nas armas, nas armaduras e no fausto

<sup>16</sup> ECO, Umberto. A luz e a cor na Idade Média. In: \_\_\_\_\_ *História da beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 100

<sup>17</sup> *Ibidem*. p. 102

vestuário. Para demonstrar seu poder, os senhores usam jóias, adornam-se de ouro e vestem roupas com as cores mais preciosas, como a púrpura.

Cores artificiais, que são obtidas através de minerais ou vegetais e que sofrem complicados processos de elaboração, representam riqueza. Do outro lado, pessoas de origem mais humilde usam apenas tecidos de cores pálidas e modestas. É comum camponeses usarem vestimentas feitas com tecidos brutos, não tocados pelo tintureiro, muito usados, de cinza ou marrom, sujo na maioria das vezes. O vestuário vermelho ou verde, além de ornamentos em ouro e pedras preciosas, são coisas raras e admiráveis de se ver.

Riqueza de cor e esplendor das gemas são sinônimos de poder nessa época, por isso são objetos de desejo e maravilha.

Na Idade Média, época em que se acredita que cada coisa no universo tinha um significado sobrenatural, era comum se atribuir valores positivos ou negativos às cores, embora mesmo o significado de cada tom varie de acordo com a época ou mesmo de acordo com o local onde este é atribuído.

Durante os primeiros séculos, por exemplo, o azul-escuro era considerado, junto com o verde, uma cor de escasso valor e, por isso, as roupas e as imagens azuis tinham uma aparência desmaiada e pálida. Mais tarde, no século XII, o azul torna-se uma cor apreciada. Em certos lugares e períodos, o negro é a cor dos reis, em outros é a cor dos cavaleiros que ocultam a própria identidade. Da mesma forma, vermelho exprime coragem e nobreza, embora esta também seja a cor dos carrascos e das prostitutas.

## 2.2 A Arte Gótica

Entre os anos de 1137 e 1144 surgia, na região conhecida como *Ile-de-France*<sup>18</sup>, um novo estilo arquitetônico e artístico. Surgia, “da reconstrução, orientada pelo Abade Suger, da abadia real de Saint-Denis, nos arredores de Paris”<sup>19</sup> a Arte Gótica. Poucos são os estilos que tem suas origens descritas com tamanha exatidão.

Um século depois de ter surgido, o novo estilo se espalhava por toda a Europa, da Sicília à Islândia, com apenas alguns poucos bolsões românicos. O gótico, através de cruzados, chegou até mesmo ao Oriente Médio. E esse novo estilo só teve o início de seu declínio em 1450, e cerca de cem anos depois já quase não havia qualquer resquício dessa arte na Itália.

[O gótico] começou na arquitetura, e por volta de um século – de 1150 a 1250, durante a Época das Grandes Catedrais – manteve o seu papel dominante. A escultura gótica, de início rigorosamente arquitetônica em espírito, perdeu aos poucos essa característica após 1200; suas principais realizações se situam entre 1220 e 1420.<sup>20</sup>

A Arte Românica, que foi o estilo arquitetônico e artístico dominante durante os séculos anteriores ao gótico, tem um caráter religioso tomando os mosteiros como referência, já a Arte Gótica reflete o desenvolvimento das cidades. Esta arte surgiu exatamente na França porque aquele país conheceu transformações importantes, caracterizadas pelo desenvolvimento comercial e urbano e pela centralização política, elementos que marcam o início da crise do sistema feudal. Porém, deve-se entender o desenvolvimento da época ainda preso à religiosidade,

<sup>18</sup> Região que compreendia Paris e arredores

<sup>19</sup> JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. Cidades, catedrais e arte gótica. In: \_\_\_\_\_ *Iniciação à história da arte*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 132.

<sup>20</sup> *Ibidem*. p. 131

que nesse período se transforma com a escolástica, contribuindo para o desenvolvimento racional das ciências, tendo Deus como elemento supremo.

Os teólogos medievais acreditavam que a beleza da igreja inspirava a meditação e a fé dos paroquianos. Conseqüentemente, as igrejas são mais que um simples local para reunião de pessoas em determinado espaço. São textos sagrados, com volumes de ornamentos pregando o caminho da salvação. As principais formas de decoração inspiradoras nas catedrais góticas são a escultura<sup>21</sup> e os vitrais.

A arquitetura foi a mais importante expressão da Arte Gótica e propagou-se por diversas regiões da Europa, principalmente com as construções de imponentes igrejas nas regiões urbanas. Apoiava-se nos princípios de um forte simbolismo teológico, fruto do mais puro pensamento escolástico: as paredes eram a base espiritual da Igreja, os pilares representavam os santos, e os arcos e os nervos eram o caminho para Deus. Além disso, nos vitrais – outra das mais marcantes características desse estilo – pintados e decorados se ensinava ao povo, por meio de mágica luminosidade de suas cores, as histórias e relatos contidos nas Sagradas Escrituras.

Do ponto de vista material, a construção gótica, de maneira geral, se diferenciou pela elevação e desmaterialização das paredes, assim como pela especial distribuição da luz no espaço. Isso foi possível graças a duas das inovações arquitetônicas desenvolvidas pela arte gótica: o arco em ponta, responsável pela elevação vertical do edifício, e a abóbada cruzada. No entanto, ainda se considera o arco de ogiva como a característica marcante deste estilo.

A primeira das catedrais construídas em estilo gótico puro foi a de Saint-Denis, sob a orientação do Abade Suger, que era um dos principais conselheiros de Luís VI.

---

<sup>21</sup> As entradas, os pórticos e tímpanos das catedrais góticas são extremamente adornados e bem elaborados. Os principais representações são de temas relacionados, principalmente, ao velho testamento e ao imaginário concernente ao Juízo Final. Exemplos dessas imagens podem ser vistos no CD anexo.

Suger pretendia fazer da abadia o centro espiritual da França, uma igreja de peregrinação que excedesse todas as outras em esplendor, o centro das emoções religiosas patrióticas.<sup>22</sup>

A construção de uma catedral passou a representar a grandeza da cidade, onde os recursos eram obtidos das mais variadas formas, normalmente fruto das contribuições dos fiéis, tanto membros da burguesia como das camadas populares.<sup>23</sup>

A escultura gótica desenvolveu-se paralelamente à arquitetura das Igrejas e está presente nas fachadas, tímpanos e portais das catedrais. A mais relevante característica dessa escultura está no seu naturalismo que procurou expressar a beleza do ideal divino; no entanto a escultura pode ser vista como um complemento à arquitetura, na medida em que a maior parte das obras foi desenvolvida separadamente e depois colocadas no interior das igrejas, não fazendo parte necessariamente da estrutura arquitetônica.

Os portais das catedrais eram maiores e suntuosamente decorados.

O que logo impressiona é um novo sentido de ordenação, como se todas as figuras atraíssem subitamente a nossa atenção [...]. A simetria e a clareza substituíram os movimentos frenéticos e as multidões; as figuras não são mais emaranhadas entre si, mas eretas e independentes, de modo que se visualiza muito melhor o conjunto a grande distância.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. *Iniciação à história da arte*. p. 132

<sup>23</sup> Normalmente a construções de tais catedrais chegava a durar décadas, algumas até séculos.

<sup>24</sup> JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. Op. Cit. p. 140

As paredes externas das catedrais contavam histórias bíblicas esculpidas. As esculturas de Chartres<sup>25</sup>, datando do início do período gótico, e as imagens de Catedral de Reims<sup>26</sup>, do alto do período gótico, mostram a evolução dessa arte.

Em Chartres, o realismo parece brotar de uma reação contra os aspectos demoníacos da arte gótica<sup>27</sup>. Nessa catedral, as imagens de reis e rainhas do Velho Testamento são pilares com formas humanas, alongadas para caber nas estreitas colunas que as abrigam. “Seu propósito é o de aclamar os governantes franceses como descendentes espirituais dos governantes bíblicos e também a harmonia entre o governo secular e o espiritual”<sup>28</sup>. As linhas dos drapejados são tão finas e eretas quanto os corpos, com alguns traços de naturalismo. As imagens do umbral de Reims, esculpidas por volta de 1225-1290, foram as primeiras, desde a antiguidade, a ganhar formas completas, de frente e de costas. São estátuas quase totalmente destacadas do fundo arquitetônico, sobressaindo em colunas e pedestais. O corpo deixou de ser desprezado, passando a ser visto como templo da alma, e os artistas voltaram a representar a carne com naturalidade.

---

<sup>25</sup> Diversas imagens da catedral de Chartres, como a fachada, os pórticos, os vitrais e a nave central podem ser vistas no CD anexo.

<sup>26</sup> Ver imagens, notando a evolução citada, no CD.

<sup>27</sup> Na catedral de Chartres são encontradas diversas imagens de figuras demoníacas, como as dos Gárgulas, que são as mais representadas para exemplificar a idéia do demoníaco nessas construções. Também são constantemente encontradas figuras do demônio, principalmente nas cenas do Juízo Final, na construção.

<sup>28</sup> JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. *Iniciação à história da arte*. p. 141

### **3 O INFERNO, O PURGATÓRIO E O PARAÍSO EXPRESSOS NA ARTE GÓTICA E NO IMAGINÁRIO MEDIEVAL**

O Inferno, o Purgatório e o Paraíso são pontos de suma importância para a compreensão do imaginário medieval.

No período em questão, os três planos espirituais se infiltraram no imaginário e na cultura, de forma que influenciaram consideravelmente não só o pensamento corrente, mas todo o pensamento cristão posterior, que tem nesses três locais alguns de seus pilares de sustentação.

#### **3.1 O Inferno, o Purgatório e o Paraíso**

Como uma das formas mais eficazes de manipular o imaginário durante a Baixa Idade Média, a Igreja Católica se utilizou da idéia de Inferno, Purgatório e Céu, moldando-as a seu critério, para atingir de maneira mais eficaz os seus objetivos, que eram os de catequizar e manter sob seu domínio, através do temor a um Deus onipotente, onipresente e onisciente, que poderia lançar as suas almas ao Inferno, onde elas seriam torturadas e sofreriam pelos pecados cometidos em vida por toda a eternidade<sup>29</sup>. O temor ao Inferno adquiriu, dessa forma, uma maneira eficaz a que a Igreja manipulou e divulgou, através da arte, principalmente nos pórticos e nas esculturas contidas dentro e fora das grandes catedrais góticas do período.

---

<sup>29</sup> As figuras dos Gárgulas, encontradas em muitas das catedrais góticas, denotavam justamente a idéia, nos fiéis, de que eles se encontravam vigiados. Os Gárgulas são espécies de vigias, que encontram-se constantemente alertas, tanto que se encontram, muitas vezes, no alto das catedrais.

Em 1321, Dante Alighieri<sup>30</sup> conclui *A Divina Comédia*, obra esta considerada pelos críticos como sendo uma das melhores obras da literatura mundial, não apenas por sua magnífica poesia, mas também por sua sabedoria, erudição e por representar uma síntese do pensamento medieval<sup>31</sup>. Nesta obra, o poeta relata uma viagem em busca de sua amada, Beatriz, que ascendeu ao céu, mas para chegar até sua amada, o apaixonado Dante tem de percorrer caminhos antes nunca pisados por uma pessoa ainda viva: o Inferno, o Purgatório e o Céu. No trajeto, o poeta descreve os locais pelos quais passou e os horrores a que viu nos dois primeiros planos, e a Igreja se utilizou então dessa imagem e a difundiu na sociedade, o que resultou no aumento do seu poder simbólico.

### 3.1.1 A personificação do maligno na figura do Diabo

A figura do Diabo surge com força somente num momento tardio da cultura ocidental. Elementos heterogêneos da imagem demoníaca existiam há muito, mas é somente entre os séculos XII e XIII que eles vêm a assumir um lugar decisivo nas representações e nas práticas, antes de desenvolver um imaginário terrível e obsessivo no final da Idade Média. Mas longe de se limitarem aos domínios teológico e religioso, esses fenômenos estão diretamente ligados à emergência de uma nova cultura, de um novo pensamento.

O Diabo vem a surgir em uma Europa em plena mutação, que forja a imagem do maligno tendo como principais características a produção de uma imagem simbólica identitária, capaz de

---

<sup>30</sup> Poeta florentino que viveu entre os anos de 1265 a 1321, que tem como mais conhecida e apontada como principal obra *A Divina Comédia*.

<sup>31</sup> Há muitas representações da *Divina Comédia*, principalmente da parte referente ao Inferno, nos pórticos e tímpanos das catedrais góticas.

impor-se lentamente a um continente política e socialmente muito fragmentada. A invenção do Diabo e do Inferno com base em um modelo radicalmente original não é simplesmente um fenômeno religioso de grande importância. Ela marca, sim, o nascimento de uma concepção unificadora, compartilhada pelo papado e pelos grandes reinos visando, cada um, a monopolizar os benefícios em proveito próprio.

No fundo, o Diabo empurra a Europa para frente porque ele é face oculta de uma dinâmica prodigiosa [...]. Não é de forma alguma o demônio quem conduz a dança, são os homens, criadores de sua imagem, que inventam um Ocidente diferente do passado, esboçando traços-de-união culturais que viriam a ser consideravelmente reforçados nos séculos seguintes.<sup>32</sup>

Nos primeiros séculos da era cristã, a figura do Diabo aparecia de forma muito discreta, apesar de teólogos e moralistas se interessarem por ele, porém, a arte praticamente não lhe dava espaço, o que era um indício de ausência de uma grande obsessão demoníaca no centro da sociedade. No entanto, as figuras do Mal existiam, com características bastante diversas, muitas vezes correspondentes ao politeísmo fundamental das populações. Os próprios teólogos sentiam grande dificuldade em unificar o satanismo, divididos entre as lições do Antigo<sup>33</sup> e Novo Testamento, e as múltiplas ramificações orientais sobre o tema. Logo esses teólogos passaram a casar sua imagem com a história da serpente do Antigo Testamento, do tirano, do tentador, do sedutor concupiscente e do dragão todo-poderoso, para só então adquirir a imagem de Lúcifer, rei dos infernos.

---

<sup>32</sup> MUCHEMBLED, Robert. Satã entra em cena: séculos XII-XV. In: \_\_\_\_\_. *Uma história do Diabo: Séculos XII-XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001. p. 18

<sup>33</sup> Imagens do bíblicas são as mais representadas na escultura gótica. Há, também, muitas imagens dos profetas do Antigo Testamento representadas nas construções em estilo gótico.

Mas a partir do século XIV são acentuados traços negativos e maléficos a figura do Diabo, e a partir de então ele toma a verdadeira face com que é conhecido e cultuado nos séculos seguintes.

Imagens do Diabo muitas vezes se aproximam das práticas folclóricas de seu tempo. Desta ele retém a lição moral, bem como a ênfase na ubiqüidade e na realidade dos demônios, com o objetivo de aterrorizar o ouvinte, para assim conduzi-lo ao bem. A noção propriamente cristão do Diabo vê-se, dessa forma, fortemente influenciada por elementos “folclóricos”, nascidos de práticas e de tradições tornadas inconscientes, em contraste com uma religião popular cristã mais coerente. Essa “folclorização” do demônio lhe atribui, assim, traços celtas, tomados de Cernunnos<sup>36</sup>, outras vezes traços e características do deus grego Pã.

A figura do Diabo também é vista freqüentemente relacionada com a serpente do Gênesis, outras vezes com o dragão do paganismo. Em alguns registros, a figura do maligno está relacionada com determinados animais<sup>37</sup>.

O Diabo, logo que sua figura passou a ter ampla difusão na cultura e no simbolismo cristão, possuía traços iconográficos do deus grego Pã, como os chifres, uma pelugem recobrindo seu corpo, o falo desmesurado e o grande nariz<sup>38</sup>. Em outros momentos a sua figura ficou negra, segundo um simbolismo habitual em inúmeras civilizações ele podia em outros momentos ser vermelho, vestir-se com esta cor ou ter uma barba flamejante.

O concílio de Toledo [ocorrido em 447], o descrevia como um ser grande e negro, com garras, orelhas de asno, olhos faiscantes e dentes rangendo, dotado de um falo enorme e espalhando um odor de enxofre<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Deus da fertilidade, da caça e do outro mundo na cultura celta.

<sup>37</sup> O bode era uma das formas com que o Diabo mais é relacionado, talvez devido a uma associação a figura do deus grego Pã ou com o deus nórdico Thor. O cão também é uma das figuras com que o Diabo é freqüentemente relacionado.

<sup>38</sup> MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do Diabo: Séculos XII-XX.* p. 27.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 27.

Nesse contexto vemos a figura do Diabo constantemente ligada a elementos de uma cultura pagã<sup>40</sup> e passa, também, a ser relacionada com tudo que é mal. Os sete pecados capitais, por exemplo.

Também passava a se relacionar os locais sombrios e escuros com a idéia de mal, e, conseqüentemente, com a figura do Diabo. A noite, então, passou a ser ligada ao Diabo, sendo de seu domínio.

O demônio preferia, contudo, determinados locais e determinados momentos. A noite era seu reino, em oposição à luz divina brilhando sobre a terra. Lugares desolados e frios, animais noturnos estavam por isso mesmo diretamente ligados a ele. Das quatro direções, o norte, domínio do frio e da obscuridade, era a sua preferida<sup>41</sup>.

No entanto, apesar de toda a importância que se dá ao mal, encarnado na figura do Diabo, este está longe de ser visto com figura principal, onipresente, onisciente e onipotente neste imaginário, muito pelo contrário, Satã está constantemente submisso à vontade divina. O Diabo é, então, muito mais um meio do qual Deus se utiliza para testar a fé dos fiéis do que um ser provido de livre-arbítrio. E, segundo Robert Muchembled, podemos entender tudo isso, toda essa importância que se dá a imagem do Mal nesse imaginário como sendo algo estreitamente ligado aos valores atuantes nesta sociedade, dessa forma, o fato dos últimos quatro séculos da Idade Média terem sido, antes de tudo, cristãos, o que dá à religião um lugar primordial a essa explicação.

---

<sup>40</sup> Do latim *Pagani*, que pode ser traduzido como *Camponês*. O termo *Pagão* está imbricado com a idéia de relacionar as crenças que os camponeses ainda tinham nas antigas divindades grego-romanas.

<sup>41</sup> MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do Diabo: Séculos XII-XX*. p. 27-28.

### 3.1.2 O Purgatório

A idéia de Purgatório, apesar de ser antiga para os cristãos – existe desde o século II – obteve maior importância somente durante a Idade Média, principalmente a partir do século XII, e esta é um resultado da evidente evolução da crença cristã.

O purgatório é, na prática, o local onde certos pecados, em certas condições, podem ser redimidos, depois da morte, e isto pode ser notado pela liturgia e epigrafia das inscrições funerárias. A crença neste local também pode ser atestada através das práticas de orações pelos mortos e pelos conjuntos de atos a favor dos defuntos. O purgatório, também chamado de Além na obra de Jacques Le Goff<sup>42</sup>, é o local destinado a receber os defuntos logo que eles morrem, sem esperar pelo juízo final. O Purgatório é, de certa forma, a morada das almas entre a morte terrena e o juízo final.

Os teóricos que lançaram fundamentos do Purgatório foram Santo Agostinho e Gregório Magno, estes, inclusive, são rotulados de “pais do Purgatório”. Este se dedicou mais a questão da localização do Purgatório, e chegou até a situa-lo na terra e não num lugar especial do Além a expiação de pecados que podem vir a ser redimidos após a morte. Já Santo Agostinho dedicou-se mais a questão teológica, principalmente no tocante ao tempo.

As bases do espaço e tempo foram fundadas por esses dois filósofos ainda na Alta Idade Média, mas foi somente a partir da metade do século XII que essa idéia passou por uma fase de aceleração, e somente no século XIII que ela instala-se definitivamente no cristianismo, pois:

---

<sup>42</sup> LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

A partir [desse] momento o cristianismo julgou possível que certos pecados, pela sua natureza ou pelas condições de morte do pecador, podiam ser expiados por meio de uma purgação depois da morte.<sup>43</sup>

Um ponto importante quando se estuda o Purgatório e todo o imaginário decorrente de alguma relação com tal local, é a questão do tempo necessário para a expiação dos pecados. E nesse ponto, são três as grandes correntes de pensamento quanto a essa questão temporal.

A primeira acreditava que a expiação deveria começar ainda em vida, uma vez que a vida terrestre podia ser considerada como o princípio, ou mesmo a parte essencial, da existência humana.<sup>44</sup> O Purgatório, dessa forma, consistia em penitência continuada. O segundo grupo já acreditava que o tempo do Purgatório estava situado no interior do tempo do Juízo Final, sendo, dessa forma, o tempo do Purgatório apenas um aspecto do tempo do Juízo Final. Já para o terceiro grupo, o tempo do Purgatório estava, realmente, situada entre a morte terrena do indivíduo e a ressurreição e o Juízo Final. Dessa forma, todos os defuntos podiam vir a se beneficiar da possibilidade póstuma de resgate em que teriam de purgar-se dos seus restos de pecados durante o tempo antecedente ao Juízo Final.

É importante ressaltar que o Purgatório não é e nunca foi visto como um lugar eterno, como o Inferno e o Céu, mas sim como um lugar temporário, aonde a alma poderia vir a ser purificada para, enfim, alçar ao céu.

O local destinado às almas em purgação nasceu definitivamente em uma época de mudanças, em uma época em que a classe da burguesia passa a iniciar suas lutas por seus direitos, por seus espaços.

---

<sup>43</sup> LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. p. 111

<sup>44</sup> *Ibidem*. p. 111

O progresso na procura do bem-estar material, o aumento da parte dos bens móveis – os bens de consumo e de prazer – nas posses de cada um, o aparecimento da literatura profana, o ressurgimento da literatura antiga e dos temas do *Carpe Diem*, o surgimento de um sentido estético independente do bom e do grande, o aparecimento do tema da “indiferença”, a evolução do conceito de propriedade, a deslocação da oposição *potens-pauper*, o poderoso-plebeu [...] isto é, de um modo geral, o avanço dos valores feudo-burgueses.<sup>45</sup>

Devido a tudo isso, foi o século XIII um tempo de grandes provações para a Igreja. Contestações e movimentos heréticos surgiam em diversas localidades, o poder civil passou a ter uma relativa autonomização e, além disso, uma significativa e crescente parcela da sociedade se afastava da igreja, o que contribuía para uma diminuição do poder e influência da instituição sobre o tempo terreno. No entanto, parte da perda ou recuo desse poder foi compensada pela aquisição de um poder sobre o tempo dos homens para lá de sua morte: o tempo do purgatório.<sup>46</sup>

A Igreja dominava não só o tempo e o sistema do Purgatório, mas dominava também algo que lhe dotava de imenso poder simbólico, que representavam uma espécie de sustentáculo do local: os sufrágios necessários para encurtar o tempo a que o defunto teria que passar no purgatório para expiar seus pecados. Por ordem crescente de valor, os principais sufrágios eram as orações, as esmolas e as missas<sup>47</sup>.

Depois, os principais meios que os vivos tinham para garantir que a seguir à sua morte haveria sufrágios suficientes para os arrancar ao Purgatório eram as inscrições nos livros de uma comunidade de oração e a doação de certos valores, mencionados nos seus testamentos.<sup>48</sup>

<sup>45</sup> LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. p. 113

<sup>46</sup> Ibidem. p. 118

<sup>47</sup> As orações na igreja, segundo Jacques Le Goff no seu livro *O Imaginário Medieval*, eram mais eficazes do que as orações particulares. As esmolas e doações eram dominadas pela ação. As missas dependiam inteiramente delas.

<sup>48</sup> LE GOFF, Jacques. Op. Cit. p. 119

Dessa forma, devido a todo o domínio que a Igreja tinha sobre o Purgatório e todo o simbolismo relacionado com o local, a instituição justificou e fundamentou teoricamente o seu poderio sobre o tempo no Purgatório.

O Purgatório foi, nesse período, uma das primeiras expressões da ascendente importância que viria a ser atribuída ao julgamento do indivíduo.

### 3.1.3 A localização do Paraíso

Para os teólogos cristãos, o Jardim do Éden se encontrava outrora num local concreto sobre a terra. Apenas alguns doutores da Igreja queriam localizá-lo no Céu e interpretar as indicações bíblicas como alegóricas. Difundiu-se a idéia que o Paraíso, o centro santo do mundo, continuaria em algum lugar. Sobre sua posição geográfica, havia duas versões distintas. Uma delas se baseava na representação da Terra sendo plana e rodeada pela água do oceano primitivo. A outra já seguia o modelo de mundo do geógrafo Ptolomeu do século II, que via a Terra como uma esfera.

Segundo a opinião mais antiga, houve, além do oceano primitivo que abrangia a superfície da terra plana, uma porção de terra exterior, sobre a qual o Paraíso se encontrava. Isso foi representado no século VI por Cosmas Indicopleustes. [...] Um outro autor, muito utilizado pelos comentaristas bíblicos entre os séculos XVI e XVIII, foi Moisés Bar Kephais, bispo de Mossul por volta do ano 800. Segundo ele, o Paraíso ficava também do outro lado do oceano, mais alto do que as mais altas montanhas, de modo que a água somente chegava até seus sopés.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> KRAUSS, Heinrich. A simbólica do Paraíso na arte. In: \_\_\_\_\_ *O Paraíso: De Adão e Eva às utopias contemporâneas*. São Paulo: Globo, 2006. p. 104

Essa representação compartilhada por muitos autores cristãos trazia naturalmente consigo a questão de como podem os quatro rios desse Paraíso localizado além do grande oceano vir à terra conhecida por nós.

Com o arcebispo Isidoro de Sevilha<sup>50</sup>, um dos homens colocados como entre os mais eruditos de sua época, o paraíso foi transferido, no imaginário, para “as terras de lá” por causa da indicação bíblica “da banda do Oriente”.<sup>51</sup>

Os teólogos medievais seguiam Isidoro, que tinha resumido em seus escritos de maneira enciclopédica não somente a tradição cristã, mas também o conhecimento profano dos antigos. Para Tomás de Aquino existia o Paraíso “num local posicionado ao Oriente, isolado por vários obstáculos, contra nossa moradia, quer por montanhas, quer por mares ou uma faixa de terra quente, que não se pode atravessar”.

Para a convicção de que o Paraíso ficaria em algum lugar no Oriente, contribuíram os vagos relatos que sempre invadiram a Europa sobre paisagens frutíferas e ricas atrás de extensos desertos e montanhas imensamente altas.

Os teólogos e estudiosos, principalmente no período da Idade Média, que foi quando esse tema teve maior relevância, divergiam em muitos pontos de vista quanto a localização exata do Paraíso, mas, no entanto, havia a convicção comum de que o Paraíso continuava existindo na Terra com a Árvore da Vida no seu centro, mas ficaria por trás de altas montanhas e, por isso, se tornaria inacessível aos homens. Como prova disso, serviam-se de uma série de relatos de viagens fantasiosas.

A de Alexandre, o Grande, por exemplo, que, em sua marcha à Índia, deveria ter chegado ao Paraíso, como conta o escrito *Alexandri Magni Iter ad Paradisum*, editado por um

---

<sup>50</sup> Que viveu aproximadamente entre os anos de 560 e 636.

<sup>51</sup> KRAUSS, Heinrich. *O Paraíso: De Adão e Eva às utopias contemporâneas*. p. 105

autor judeu entre 1100 e 1175. [...] Um outro relato, muito divulgado em seu tempo, provém de Sir John Mandeville (morto em 1373), que, supostamente, teria conseguido chegar à China [...] e afirmava que teria chegado de lá até as proximidades do Paraíso, mas não teria podido entrar por não o merecer. [...] Também o infante português Dom Pedro, um irmão de Henrique, o Navegador, teria chegado até às bordas do Paraíso. Inicialmente precisava atravessar a terra dos gigantes, assim como a terra de uma raça de pessoas que tinham apenas uma única perna, que se assemelhavam à de um cavalo e que traziam seus órgãos sexuais no meio do corpo<sup>52</sup>.

Como pode ser visto em qualquer estudo feito sobre o tema em questão, os relatos de viagem da Idade Média eram impensáveis sem os seres fabulosos que se supunha na época sobre as margens externas da terra e os quais, cada viajante a caminho do Paraíso terrestre, teria forçosamente encontrado.

As cosmografias medievais e os mapas mundiais confirmam a convicção de que o Paraíso se encontrava em um local da Terra, sempre em um local muito distante, inatingível aos homens, quase sempre rodeado e protegido por altíssimas montanhas. Jerusalém, nesses mapas, ficava quase sempre no centro do mundo, enquanto o Paraíso era colocado longe, no leste da Ásia, freqüentemente como uma ilha no oceano.

### **3.2 O Demônio, o Inferno e o Paraíso expressos na arte**

A eterna luta entre o bem e o mal, entre o demônio e Deus, entre o Inferno e o Céu encontram-se expressos na arte um dos principais meios de divulgação de idéias e do imaginário. É através da arte que a Igreja catequiza e difunde o seu imaginário, que consolida o seu poder.

---

<sup>52</sup> KRAUSS, Heinrich. *O Paraíso: De Adão e Eva às utopias contemporâneas*. p. 108.

### 3.2.1 A figura do Demônio Expressa Arte

Nas expressões artísticas, principalmente na escultura entre os séculos XI e XII, Satã é encarnado sob diversas formas humanas e animais<sup>53</sup>. O Diabo deixa a abstração teológica para vir a tornar-se uma figura muito mais assustadora, devoradora de homens, vassalo traidor ou a besta do *Apocalipse*. O Demônio causa medo às elites da fé e tenta impor sua presença aos cristãos simples, que o vêem tanto sobre o capitel quanto sob a aparência grotesca com que se apresenta nas tradições populares ou no teatro. A Arte Gótica, no entanto, é a que mais dá importância a figura do Diabo. Neste estilo artístico, a figura do Diabo ganha importância e sua figura pode ser encontrada em diversos locais dentro do conjunto arquitetônico, como no alto das torres, próximo à janelas. Mas, apesar da figura do Diabo ser tão valorizada, aparecendo tantas vezes dentro de uma mesma obra, ele é sempre visto como um inferior:

Esmagado pelo Cristo em majestade nos frontões das catedrais, relegado ao papel de servir apenas para valorizar ainda mais a beatitude dos eleitos em marcha para o Paraíso, ele se torna quase humano, simplesmente um pouco enfeado, brincalhão ou zombador. Pitoresco [...], ele povoa lugares diversos, imobiliza-se nas canaletas de escoamento das águas, imponente sob o olhar de um Deus que o domina e lhe deixa pouco espaço para agir<sup>54</sup>.

O Espaço dado ao Maligno dentro das histórias é, então, inferiorizado, sendo colocado, sempre, perdendo em suas constantes lutas contra o bem, personificado na figura de Cristo.

<sup>53</sup> Ver explicação no subtópico 4.1.1

<sup>54</sup> MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do Diabo: Séculos XII-XX*. p. 33.

Os escultores góticos imaginavam o Maligno como um ser humano disforme, as pessoas da Idade Média o empurravam resolutamente para fora de sua esfera humana, em direção a um universo animal tornado mais inquietante a partir do século XII.

A figura do Diabo é mais difundida, é mais conhecida principalmente nos países em que o processo de modernização está mais avançado, em locais em que o florescimento urbano se mostra de maneira mais acentuada, como na França e Inglaterra, assim como em diversas províncias italianas. Nesses locais, a arte fornece o traço de união necessário, definindo o poder dos que comandam as atividades e depois pondo em cena, entre outros temas, infernos e demônios.

O Inferno e o Diabo, a partir de então nada têm de metafórico. A arte produz um discurso bastante preciso, muito figurativo, sobre este reino demoníaco, colocando detalhadamente a noção de pecado, afim de melhor induzir o cristão à confissão: “Meter medo nele produz um choque emotivo que leva a fazer agir e a fazer confessar”. Em outros termos, a encenação satânica e pastoral que a ela se reporta desenvolvem a obediência religiosa, e igualmente o reconhecimento do poder da Igreja e do Estado, cimentando a ordem social com o recurso a uma moral rigorosa.

O impacto social do discurso demonológico atinge, nesse contexto, círculos cada vez maiores, da corte real aos laicos ricos que descobrem o inferno em livros, além disso, há os inúmeros cidadãos que freqüentam as igrejas assim ornamentadas, ou mesmo camponeses submetidos a pregações em que são dadas ênfases a esse discurso.

A acentuação do medo do inferno e do Diabo tem, provavelmente, por resultado um aumento do poder simbólico da Igreja sobre os cristãos mais atingidos por estas mensagens.

### 3.2.2 O Paraíso e o simbólico expressos na arte

Nas representações feitas pelos cristãos primitivos, o Paraíso aparecia apoiando-se nas antigas representações dos Elísios como Idílio bucólico ou se simboliza por meio dos temas do jardim, como guirlandas de flores e aves coloridas. Mais tarde é representado como uma paisagem espaçosa composta de árvores e atravessada por cursos d'água, onde vivem animais fantásticos como a ave fênix e o unicórnio<sup>55</sup>. Nas artes medieval e barroca, as representações feitas do Paraíso aparecem em inúmeras pinturas com cenas do Jardim do Éden. Muito freqüentemente podem ser vistas representações da criação de Adão do solo e a de Eva a partir do flanco do marido, o casal humano no jardim, em meio a animais, a tentação de Eva pela serpente e a expulsão do Paraíso.

Na Igreja Oriental, Adão e Eva são vistos como santos. Por isso suas representações são acompanhadas com uma auréola, o que não acontece nas representações artísticas feitas no Ocidente. Podem ser encontradas, no entanto, desde o século III caracterizações de Adão e de Eva em algumas catacumbas, bem como em alguns mosaicos datados dos primeiros séculos da era cristã. No começo da Idade Média, são vistos em inúmeras ilustrações da Bíblia, em relevos de portas de bronze e em ciclos de esculturas sobre os portais das igrejas e nos vitrais das catedrais. Há caracterizações, também, de Adão em meio aos animais, nas quais é visto, com reminiscência de Orfeu, também como senhor dos animais ou como pastor.

Figura recorrente nas expressões artísticas é da serpente, que é caracterizada, à princípio, na sua forma zoológicamente correta, mas, ao longo da Idade Média, começa a adquirir formas cada vez mais fantásticas, muitas vezes assemelhando-se a um dragão. Não em raras representações, a serpente possui também a cabeça de mulher, cujos traços fisionômicos são

---

<sup>55</sup> KRAUSS, Heinrich. *O Paraíso: De Adão e Eva às utopias contemporâneas*. p. 94

semelhantes aos de Eva<sup>56</sup>. Para muitas representações do Menino Jesus ou da Cruz, a serpente foi acrescentada como um atributo, para simbolizar a vitória de Cristo sobre Satã.

Nas pinturas medievais e, sobretudo, em pinturas de livros, podem ser encontrados freqüentemente um “jardim do Paraíso”, estilizado com uma arquitetura gótica de fontes no seu centro e rodeado de paredes com torres e um portão.

Também o claustro nos mosteiros, um salão interno dedicado à meditação, em volta do qual são agrupados, de um lado, a igreja, e do outro, as salas comuns dos monges, deve ser visto como um símbolo do Paraíso. Também nos jardins do mosteiro a lembrança do Jardim do Éden é evocada.

Os pomares, um símbolo da ressurreição, por meio da mudança da tranquilidade do inverno para a frutificação no verão e no outono, servia também de cemitério para os monges, razão pela qual, no meio das fileiras de árvores e túmulos, uma cruz era erigida como reprodução da Árvore da Vida. Dessa forma, o trabalho dos monges no jardim recebeu um elemento contemplativo, que apontava tanto para a perfeição pretendida por Deus na criação do Paraíso original, quanto para a glória futura no céu.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Exemplos conhecidos dessas representações são os afrescos de Michelangelo na Capela Sistina e de Rafael na Stanza della Segnatura.

<sup>57</sup> KRAUSS, Heinrich. *O Paraíso: De Adão e Eva às utopias contemporâneas*. p. 100

## CONCLUSÃO

Na Baixa Idade Média o regime feudal iniciou seu período de decadência e a França iniciou o processo de formação e consolidação de um Estado francês, com o poder unificado nas mãos de um governante. Também nessa época, a religião e a Igreja passaram por momentos de transformação e adaptação. Movimentos contestadores surgiram dentro e fora da própria Igreja.

Mas apesar de todas as adversidades, foi nesse período que a Igreja obteve uma maior expansão de seu poder, de consolidação como a maior, principal e mais influente instituição da época, uma vez que possuía, inclusive, a condição de moldar o imaginário da maneira que melhor se adequava a seus propósitos, assim, a Igreja crescia catequizando povos ainda não cristianizados e mantinha sob seu julgo os demais. No caso destes, a Igreja utilizou muito da idéia do medo, muito divulgado nas fachadas e nas esculturas góticas. Nestas, os fiéis travavam conhecimento sobre a idéia do mal, do Diabo e do Inferno, onde suas almas iriam pagar pelos seus pecados cometidos em vida. O medo foi, então, um dos principais meios utilizados pela instituição para manter sob seu domínio, evitando, assim, contestações. Para os povos ainda não cristianizados, a Igreja também se valeu da arte e, principalmente, da escultura gótica para difundir sua palavra de salvação e passar muitas das passagens bíblicas importantes, principalmente na parte tocante ao velho testamento – é comum encontrar na Igreja, tanto na parte interno como externa, pilares esculpidos na forma dos antigos profetas. A Igreja conseguiu, também, impor a estes povos a noção de pecado e, com isso, a idéia de que suas almas estariam sujeitas, então, ao castigo após a morte. E para afirmar a idéia de que a instituição estava sempre vigilante, são encontradas nas fachadas das catedrais os gárgulas, demônio que tem por finalidade vigiar o observar a conduta dos fiéis. Fica, então, a idéia de que nada passa despercebido pelos olhos da Igreja e que o fiel que não tiver uma conduta exemplar perante a moral e aos desígnios

do Senhor, estará sujeito aos castigos e às penas impostas, que podem ir de uma purgação, no caso do desvio, do pecado cometido tenha sido leve, sendo, então, sua pena mais branda, à danação de sua alma, sendo impostos castigos mais severos no Inferno.

A arte foi, nesse período, um dos principais meios de divulgação e de afirmação do imaginário. Idéias sobre o imaginário concernente ao Inferno, ao Purgatório e ao Paraíso são encontradas expressas principalmente nas esculturas das catedrais. Nos portais, os fiéis travavam conhecimento sobre as histórias bíblicas, sobre a idéia do Inferno e do Paraíso, assim como noções sobre a idéia, também muito difundida na época, do Juízo Final. No alto das torres e nas varandas, os fiéis tinham a impressão de estarem sendo sempre vigiados, devido a presença de esculturas de gárgulas. No interior das catedrais, os fiéis ficavam deslumbrados com tamanha grandiosidade, com tanta beleza, que impunha, ao mesmo tempo, o sentimento de adoração, respeito e medo.

Idéias de bem e de mal, de idéias de cunho maniqueísta, retratando a constante idéia da luta entre Deus e o Diabo são a principal característica do estilo artístico vigente. A arte gótica foi um estilo à serviço da Igreja para difundir suas idéias, ajudando, assim, a moldar e afirmar o imaginário medieval.

## BIBLIOGRAFIA

Duby?

BURNS, Edward McNall. O aparecimento das monarquias nacionais. In: \_\_\_\_\_. **História da civilização ocidental**. 23. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 332-336.

CAIRNS, Earle E. História da Igreja Medieval: 590-1517. In: \_\_\_\_\_. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995. p. 132-220.

ECO, Umberto. **A arte e beleza na estética medieval**. 2. ed. São Paulo: Globo, 1989.

ECO, Umberto. A luz e a cor na Idade Média. In: \_\_\_\_\_. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 99-129.

FOCILLON, Henri. A arte gótica. In: \_\_\_\_\_. **A arte do ocidente: A Idade Média românica e gótica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1980. p. 161-298.

GOMBRICH, E. H. A igreja militante: século XII. In: \_\_\_\_\_. **A história da arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. p. 171-184.

GOMBRICH, E. H. A igreja triunfante: Século XIII. In: \_\_\_\_\_. **A história da arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. p. 185-206.

JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. Cidades, catedrais e arte gótica. In: \_\_\_\_\_. **Iniciação à história da arte**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 131-149.

KIDSON, Peter. A arte gótica. In: \_\_\_\_\_. **O mundo da arte: mundo medieval**. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1966. p. 97-171.

KRAUSS, Heinrich. A simbólica do Paraíso na arte. In: \_\_\_\_\_. **O Paraíso: De Adão e Eva às utopias contemporâneas**. São Paulo: Globo, 2006. p. 94-103.

KRAUSS, Heinrich. A procura do Paraíso histórico. In: \_\_\_\_\_. **O Paraíso: De Adão e Eva às utopias contemporâneas**. São Paulo: Globo, 2006. p. 103-116.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. V. 2

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.

MUCHEMBLED, Robert. Satã entra em cena: séculos XII-XV. In: \_\_\_\_\_. **Uma história do Diabo: Séculos XII-XX**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001. p. 17-48.

PIRENNE, Henri. O renascimento do comércio. In: \_\_\_\_\_ **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1968. p. 31-62.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES'

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

710



**PARA PASSAR NO VESTIBULAR ESTUDE EM UM CURSINHO:**

Uma investigação sobre o surgimento dos cursinhos pré-vestibulares em

Natal (1950-1960)

HENRIQUE ALEXANDRE MEDEIROS DE LUCENA

NATAL-RN

2006

HENRIQUE ALEXANDRE MEDEIROS DE LUCENA



**PARA PASSAR NO VESTIBULAR ESTUDE EM UM CURSINHO:**

Uma investigação sobre o surgimento dos cursinhos pré-vestibulares em

Natal (1950-1960)

Monografia apresentada ao curso de História – Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Professor Luiz Eduardo Brandão Suassuna, para fins de avaliação na disciplina Pesquisa Histórica II.

NATAL-RN

2006

HENRIQUE ALEXANDRE MEDEIROS DE LUCENA

**PARA PASSAR NO VESTIBULAR ESTUDE EM UM CURSINHO:** Uma  
investigação sobre o surgimento dos cursinhos pré-vestibulares em Natal (1950-1960)

A monografia **PARA PASSAR NO VESTIBULAR ESTUDE EM UM CURSINHO:**  
Uma investigação sobre o surgimento dos cursinhos pré-vestibulares em Natal (1950-  
1960), apresentada por HENRIQUE ALEXANDRE MEDEIROS DE LUCENA, foi  
aprovada e aceita como requisito para aprovação na disciplina Pesquisa Histórica II, do  
curso História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Luiz Eduardo Brandão Suassuna (Orientador)

---

---

NATAL-RN  
2006

## AGRADECIMENTOS

A monografia é o último estágio de um aluno em um curso superior. É o momento, portanto, de agradecer às várias pessoas que me auxiliaram ao longo de minha trajetória. Feito às vésperas da entrega do trabalho, os agradecimentos nem sempre contemplam todos aqueles que participaram em diversos momentos do meu curso, pois a memória é sempre falha. Para aqueles que não foram citados, lembrem-se de que estarei sempre grato por tudo que foi feito para me ajudar.

A primeira pessoa a quem devo agradecer é a o professor Luiz Eduardo Brandão Suassuna (Kokinho). Foi ele que acendeu o desejo de me tornar professor de História e é ele que me dá sempre as mãos em gestos de ajuda que jamais serão apagados da minha mente.

Devo agradecer à professora Aurinete Girão Barreto, que tantas vezes me ajudou, quebrando os meus galhos e sempre achando uma solução para meus problemas no curso. De outro professor do departamento de História, Raimundo Nonato da Rocha, recebi a sugestão do tema que trabalhei, e fico muito grato seu auxílio durante o projeto de pesquisa.

Agradeço ao professor José Henrique Bittencourt, pela entrevista feita em um chuvoso domingo de manhã, mas concedida com muita alegria e boa vontade.

Dois amigos também foram importantes para mim ao longo da graduação – Yuri Simonini e João Carlos Rocha. Ambos me ajudaram, dando os avisos das disciplinas que muitas vezes não pude comparecer com frequência, auxiliando nos trabalhos, emprestando livros, discutindo bibliografias, algumas, inclusive, presentes nesta monografia.

Não poderia deixar de agradecer a minha família, na figura de meus irmãos e da minha mãe, que sempre estiveram comigo nos diferentes caminhos traçados pela vida.

*“Sinto perfeitamente bem que minha memória seleciona minhas lembranças como quer, sem que eu consiga contrabalançar”*

(Janvier Muyaneza, sobrevivente do genocídio de Ruanda).

## RESUMO

Atualmente os cursinhos, em Natal, têm grande importância na preparação do alunado para que estes possam enfrentar o vestibular. Buscando compreender como foi possível a formação e consolidação destes cursos, este trabalho interroga quais aspectos levaram ao surgimento do ensino preparatório para os exames de habilitação das faculdades. Percebemos que o aparecimento dos cursinhos coincide com um contexto de modernização no Rio Grande do Norte, exatamente quando o governo estadual consolida o ensino superior, com a instituição da Universidade do Rio Grande do Norte. Além disso, na sua origem, os cursinho tem ampla ligação com os cursos superiores, uma vez que são seus próprios professores e alunos que formaram as primeiras salas preparatórias, visando melhor o nível dos candidatos que iriam prestar vestibular.

Palavras-Chaves: Ensino Secundário – Cursinhos – Universidade do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. REPÚBLICA, MODERNIDADE E EDUCAÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930).....	12
2. ENTRE DITADURAS E DEMOCRACIAS: A EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE E O ESTABELECIMENTO DOS CURSINHOS (1930- 1960).....	21
2.1. A educação na Era Vargas (1930/1945).....	21
2.2. Populismo e Ditadura: a consolidação do ensino universitário potiguar e o surgimento dos cursinhos (1945-1960).....	24
3. MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR DE CURSINHO: OS PRIMEIROS MOMENTOS DE UMA NOVA FORMA DE ENSINO.....	30
3.1. Entrevista com o professor José Henriques Bittencourt.....	32
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

## INTRODUÇÃO

O ensino de cursinho pré-vestibular se caracteriza por ser uma atividade de ensino em massa, no qual os professores procuram ministrar, de forma didática e rápida, os conteúdos necessários para que os alunos do ensino médio possam ter condições de prestar o exame para ingressar nas universidades.

A formação dos cursinhos pré-vestibular em Natal remonta à década de 50 e o início da década de 60 do século XX, uma vez que havia uma carência bastante considerável na cidade de uma preparação específica para os alunos concluintes do ensino médio que desejassem ingressar no ensino superior. Foi nesse período que a Universidade do Rio Grande do Norte, àquela época estadual, iniciou seu processo de federalização.

As primeiras faculdades surgiram, em Natal, entre os anos 1940 e 1950, tendo sido pioneira a faculdade de Farmácia e Odontologia. Posteriormente surgiram outros cursos, tais como Direito, Medicina, Filosofia, Contabilidade e Engenharia Civil. A formação dessas graduações evidenciava o desenvolvimento do estado e a necessidade de formação de professores e profissionais especializados na própria, uma vez que havia grande deficiência de pessoal qualificado de nível superior, o que diminuiria a dependência intelectual e política em relação a Pernambuco. Para se ter uma idéia, todos os juízes de Direito de Natal, até aquela data, ou havia estudado no Recife ou eram pernambucanos. Além disso, as famílias norte-rio-grandenses tinham dificuldades em enviar os seus filhos para completar seus estudos, pois os custos eram muito altos, tornando restrito, assim, o acesso ao ensino superior.

Foi exatamente neste contexto que surgiram as primeiras dificuldades para os estudantes interessados no ensino superior, ora porque as escolas do Natal não

ofereciam condições específicas que qualificassem seus alunos para o sucesso no vestibular, ora devido ao rigor das bancas que estabeleciam as provas. Adeptas a um ensino tradicional, as escolas potiguares não enxergavam a necessidade de adaptação à nova realidade que se inaugurava com a formação de uma Universidade no Rio Grande do Norte.

Desta maneira, desencadeou-se uma situação que permitiu a formação dos cursinhos destinados a abarcar toda a demanda de alunos, cada vez mais interessados em ingressar no ensino superior. Os primeiros cursos estavam voltados para a preparação na área tecnológica e biomédica. Estes foram criados, inicialmente, a partir da própria universidade, uma vez que seus professores e alunos ministraram aulas, objetivando a maior qualificação para os estudantes que buscavam entrar nos cursos.

É sobre este assunto que versa nosso trabalho: a compreensão do surgimento dos primeiros cursinhos em Natal. Para tal, procuramos, no primeiro capítulo deste trabalho, compreender os desenvolvimentos educacionais que ocorreram no Rio Grande do Norte logo após a República, que levaram à formação de um primeiro curso superior em sua capital, a Faculdade de Farmácia.

Além de discorrer sobre o período da Primeira República, também analisamos as questões educacionais nos períodos subseqüentes, tais como a Era Vargas, o a República Populista e os primeiros anos da Ditadura Militar. Estes períodos foram importantes, uma vez que foi no final dos anos 1940 que, finalmente, o ensino superior começou a se consolidar no estado e, nos anos subseqüentes, como já foi informado, houve a instituição da Universidade do Rio Grande do Norte, posteriormente colocada sob os auspícios do governo federal. Estes fatos permitiram o desenvolvimento dos cursinhos em Natal, como demonstramos em nosso segundo capítulo.



O terceiro capítulo foi construído a partir da metodologia da História Oral, uma vez que, por falta de bibliografia acerca do tema – inclusive em âmbito nacional – não tivemos condições de realizar uma grande pesquisa. Assim, escolhemos, para responder nossas inquietações acerca dos primeiros cursinhos, entrevistar os professores que participaram daquela nova forma de ensino, pioneira em Natal. No entanto, as dificuldades, presentes em qualquer todo trabalho, impossibilitaram os encontros com vários professores. Só conseguimos colher um depoimento.

Apesar de todos os problemas, a construção da monografia foi possível, e pudemos encontrar as respostas aos nossos objetivos iniciais, e traçamos uma trajetória acerca da gênese dos cursinhos pré-vestibulares em Natal.

# 1. REPÚBLICA, MODERNIDADE E EDUCAÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

O final do século XIX foi marcado por intensas transformações, tanto no Brasil como no mundo. Naquele momento, no plano internacional, se vivia a Segunda Revolução Industrial, marcada pelos novos pressupostos científicos e tecnológicos que alteravam as formas de viver, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, regiões que sofriam esse progresso do Capitalismo. A Revolução Científico-Tecnológica se fez sentir “na sua plenitude, alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e do trabalho”<sup>1</sup>.

Essas modificações tornaram o mundo em um local onde as noções tradicionais eram abaladas, questionadas, e a consolidação e expansão do Capitalismo incutiu severas modificações nas regiões periféricas, dominadas econômica ou politicamente, pelas grandes potências ocidentais. Discutindo esta questão, Nicolau Sevcenko expõe que, aos dominadores, era “necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instalar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conforme o novo padrão de economia de base científico-tecnológica”<sup>2</sup>.

Sevcenko ainda percebe que as tentativas de transformar aquelas sociedades levaram à desestabilização das estruturas arcaicas que equilibravam as questões regionais. Assim, em diferentes partes do mundo, surgiram conflitos que envolveram os países periféricos e as grandes potências. Na América Latina, os principais acontecimentos bélicos ficaram em torno da região do Prata. A Inglaterra, aliada do

---

<sup>1</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3, p.11.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p.13.

Império Brasileiro e das elites liberais dos países platinos, passou a luta contra a resistência dos “líderes tradicionais do Uruguai (1851, 1864-65), da Argentina (1852) e do Paraguai (1865-1870)”<sup>3</sup>.

Esses conflitos, realizados com um esforço de grande escala para um governo bastante fraco como o brasileiro, levaram ao endividamento e ao enfraquecimento do sistema monárquico. Assim, foi exatamente nesse período que se formou o primeiro partido republicano do país – o Partido Republicano Paulista (1870) – e que surgiu uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares, conhecida por “Geração de 70”, comprometida com a idéia de modernização das antigas estruturas monárquicas.

Inspirados no progresso incutido pela Segunda Revolução Industrial, essa geração de pensadores se baseavam nas correntes científicas difundidas no hemisfério norte, principalmente o Positivismo e o Darwinismo Social, dos pensadores Augusto Comte e Herbert Spencer, respectivamente. A Ciência, aliás, aparecia, naquele momento, como a forma de “redimir incertezas”, de “possibilidade de expressão dos [...] mais altos desejos [das elites]”<sup>4</sup>, no dizer de Lilia Moritz Schwarcz e Ângela Marques da Costa. O progresso científico gerava a certeza de que o mundo vivia em um período de prosperidade e paz, de belos tempos<sup>5</sup>.

Assim, quando há o movimento da Proclamação da República, em 1889, o Brasil já vivenciava intensas transformações em suas estruturas tradicionais, não apenas econômicas e sociais, mas também no plano da idéias. A mão-de-obra escrava, por

---

<sup>3</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v.3, p.13.

<sup>4</sup> COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.10-11. (Virando Séculos, 6)

<sup>5</sup> A certeza de que a ciência demonstrava o progresso alcançado pelas sociedades industriais estava na grande quantidade de descobertas que surgiram em pouco tempo. Em um período de vinte anos (1860-1870), a ciência aumentou em muito seus conhecimentos: já havia sido desenvolvido o elevador, a teoria da seleção natural, a descoberta de que os germes eram causadores de doenças, a pasteurização de alimentos, o dinamite, a tabela periódica de elementos, dentre outros. A lista completa das invenções e descobertas da Segunda Revolução Industrial pode ser observada em COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. Op.cit. p. 159-160.

exemplo, foi substituída pela assalariada, notadamente após o início das leis abolicionistas; a eugenia foi abraçada pela elite brasileira, quase em sua unanimidade a partir de 1880, aspecto que permitiu formação de estruturas sociais e políticas autoritárias<sup>6</sup>, baseadas no racismo que iria marcar boa parte da República brasileira; e as elites econômicas dominantes, notadamente advindas da produção do café, passaram a mandar na política central, principalmente por meio do sistema federalista, que lhes assegurou “não só o controle dos seus próprios rendimentos, como condições de usar seu poder econômico para decidir os destinos da [...] ordem republicana”<sup>7</sup>.

Esse novo regime que se instalava no Brasil, surgia no imaginário dos seus participantes como o único momento em que a nação poderia superar o seu passado de colonialismo e escravidão, de se ajustar aos padrões sociais e econômicos europeus e norte-americanos por meio, em parte, do afluxo de capitais estrangeiros que permitiriam o rápido progresso do país. Essa “necessidade de modernização” ocorrida nos momentos iniciais da república gerou diversos problemas econômicos, como o Encilhamento, que terminou por destruir vários representantes das elites tradicionais, permitindo a ascensão de arrivistas, os quais se aproveitaram das especulações nas bolsas de valores do país. O Brasil tinha que se modernizar, nem que fosse uma “inserção compulsória na Belle Époque”, como nos descreve Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão*.

No entanto, não seria apenas por meio do afluxo de capitais que o Brasil conseguiria superar a sua herança colonial. Como já dito anteriormente, nos momentos finais do regime monárquico, os intelectuais brasileiros acreditavam que a ciência poderia auxiliar ao desenvolvimento do país. Além disso, a educação era encarada como

---

<sup>6</sup> MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.13

<sup>7</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v.3, p.14.

ponto cabal para a melhoria da raça brasileira<sup>8</sup> e havia a crença de que a civilização e o progresso seriam alcançados graças à educação<sup>9</sup>.

Assim, a formação do regime republicano brasileiro também trouxe à tona uma nova idéia de ensino – a Escola Moderna – que surgia como uma instituição notadamente republicana, tendo sido projetada para ser a imagem e a referência dos novos tempos que se anunciavam. A Escola era, naquele momento, os “Templos da Civilização Republicana”, locais onde conhecimentos, sentimentos e valores cosmopolitas e nacionais seriam ensinados a todo povo<sup>10</sup>.

Deve-se lembrar que o modelo escolar era relativamente novo no Brasil. Durante muito tempo, no século XIX – a exceção das regiões mais abastadas – a educação ocorria, principalmente, em casa, por professores contratados, que davam ênfase nas línguas estrangeiras e artes, bem como noções de cálculo, geografia e história<sup>11</sup>. Em Natal, esse tipo de ensino era muito comum, uma vez que o Estado, de poucos recursos, não tinha condições de construir uma rede de ensino público, muito menos de manter professores de boa qualidade, pois os rendimentos eram tão baixos que, segundo Rocha Pombo, qualquer pescador ou homem do campo podia ganhar facilmente a mesma quantia<sup>12</sup>. Luiz da Câmara Cascudo, por exemplo, recebeu boa parte de sua educação básica em casa, sendo instruído pelo professor Pedro Alexandrino, já no início do século XX<sup>13</sup>. No Rio Grande do Norte, talvez a grande exceção do ensino público tenha sido o Atheneu Norte-Rio-Grandense, fundando em 1834, no mesmo ano do Ato Adicional, que descentralizou o campo educacional, dando às assembleias provinciais o poder de

---

<sup>8</sup> BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p.27.

<sup>9</sup> GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sonhos. In: GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p.387

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.391.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p.385-387.

<sup>12</sup> *Apud* MEDEIROS, Tarcísio. *Estudos de História do Rio Grande do Norte*. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001. p.158

<sup>13</sup> Sobre Pedro Alexandrino e sua relação com Câmara Cascudo, ver CASCUDO, L. da C. *Alma patricia*. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1998. p.128-132.

legislar acerca da educação, “onerando ao poder Executivo com o pagamento dos professores, além da responsabilidade de manter as ‘humanidades’ ou chamadas ‘Aulas Maiores’, as quais constavam de Filosofia, Geometria, Retórica, Francês e Latim”. Essas “Aulas Maiores” eram ministradas no Ateneu, que se tornou, naquele momento, a instituição cultural responsável pela preparação de boa parte da “mocidade norte-riograndense”<sup>14</sup>.

A República, naquele momento, estabelecia, portanto, um novo sistema de ensino, o qual modificou vários aspectos que estiveram presentes na tradição monárquica brasileira. A Constituição de 1891, marcada pelo Federalismo, manteve a descentralização no campo educacional, que havia sido anteriormente instituído pelo Ato Adicional em 1834: julgava-se, naquele momento, que a descentralização, em função do grande tamanho e diversidade do território nacional, seria mais eficaz, mesmo considerando as desigualdades existentes entre os estados, ficando a cargo destes o ensino elementar<sup>15</sup>. Outro aspecto importante foi a retirada do ensino religioso dos currículos das escolas públicas, em função da separação da Igreja Católica ao Estado. Além disso, a questão da gratuidade do ensino ficou a cargo das Constituições Estaduais<sup>16</sup>. A Constituição Federal permitia, portanto, que as elites locais se utilizassem da educação da forma que lhes bem entendesse, e, historicamente, sabe-se que ela foi usada de acordo com as prioridades políticas locais, uma vez que os eleitores analfabetos não podiam votar<sup>17</sup>.

O analfabetismo, inclusive, era um dos maiores problemas educacionais brasileiros, sendo considerado, por vários intelectuais daquela época, a exemplo de Monteiro Lobato, como a “mancha da nação”. Em um censo realizado em 1906,

---

<sup>14</sup> MEDEIROS, Tarcísio. *Estudos de História do Rio Grande do Norte*. p.158

<sup>15</sup> GOMES, Angela de Castro. *A escola republicana: entre luzes e sonhos*. In: GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). *A República no Brasil*. p.389.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.391. A obrigatoriedade do ensino público gratuito só foi incorporada na Constituição de 1834.

<sup>17</sup> BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. p.16.

calculou-se que 74,6% da população brasileira não sabia ler nem escrever<sup>18</sup>, um número expressivo para um país que tinha por objetivo se igualar às grandes potências do hemisfério norte.

Para tentar diminuir a extensão da “mancha”, surgiram as “Ligas de Defesa Nacional”, as quais objetivavam a idéia de alfabetização em massa, de forma imediatista e pragmática<sup>19</sup>. No Rio Grande do Norte, no ano de 1916, foi fundada a “Liga Contra o Analfabetismo no Rio Grande do Norte”, formada por intelectuais de expressão local, como Aduino Câmara, Nestor dos Santos Lima, Clementino Câmara e Silvino Bezerra Neto. Esse movimento, procurando apoio para seus objetivos, aproximou-se de vários setores da sociedade, tais como os governos estadual e municipal, as Igrejas e diversas associações recreativas dos moradores da região<sup>20</sup>.

No entanto, esse não foi o único movimento educacional que surgiu no Rio Grande do Norte. Com a chegada da Modernidade à capital, ainda nos primeiros momentos do século XX, houve transformações significativas nas idéias da época. De acordo com Marta Araújo, “o novo começou a tomar o lugar do antigo na organização da educação e da cultura”<sup>21</sup>. A cidade vivenciava transformações, com a instalação de bondes e da energia elétrica, os homens se habituavam aos outros ritmos da vida urbana e os governos estaduais das décadas de 1910 e 1920 erigiram uma nova cidade<sup>22</sup>.

A educação, obviamente, também sofreu modificações, inicialmente sob os auspícios do Dr. Pinto de Abreu, então Diretor-Geral da Instrução Pública, que extinguiu o antigo sistema de ensino e implantou os Grupos-Ecolares, objetivando o

---

<sup>18</sup> BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. p.12.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p.30-31.

<sup>20</sup> ARAÚJO, Marta Maria de. *José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante*. Natal: EDUFRN, 1998. p.110.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p.98.

<sup>22</sup> Os governos de Alberto Maranhão são conhecidos pelas suas transformações urbanísticas, com melhoramentos na Ribeira e Cidade Alta. Ainda na década de 1920, durante o governo de Juvenal Lamartine, foi encomendado do arquiteto italiano Giacomo Palumbo, um *masterplan* para a cidade do Natal.

desenvolvimento integral do aluno<sup>23</sup>. O ensino público que começou a se desenvolver era notadamente masculino, uma vez que as mulheres era minoria, inclusive no Ateneu Norte-Rio-Grandense<sup>24</sup>. Assim, dado a essa defasagem no ensino às mulheres, surgiu a uma “Liga de Ensino”, liderada por Henrique Castriciano, que tinha por objetivo lutar pela educação feminina nos moldes europeus, marcados pela idéia de Modernidade. Sobre a criação desta liga, Marta Araújo escreveu:

O Remodelamento da cidade e da educação levou por parte das vanguardas dirigentes reformadoras a preocupação com a integração social da mulher na vida cotidiana. Para tanto, fundar uma escola doméstica à semelhança das que existiam nas nações cultas, em que ao lado do indispensável ensino teórico, sejam ministrados conhecimentos práticos que habilitem a mulher a velar criteriosamente pela educação física, intelectual e moral dos filhos e orientando o espírito dela de modo a viver por si<sup>25</sup>.

Assim, criava-se a primeira escola doméstica do país, baseada na pedagogia suíça, que iria formar mulheres para seu papel na modernidade: ser a rainha do lar, aquela que cuidaria dos filhos e do marido. Essa escola conviveu com a instalação de outras instituições em Natal, como o Colégio da Imaculada Conceição (1902), o Colégio Diocesano Santo Antônio (1903), a Escola Normal (1908), a Escola Técnica de Comércio de Natal (1919) e a Escola Profissional do Alecrim (1922)<sup>26</sup>. Assim, o Período da Primeira República no Rio Grande do Norte, seguindo os patamares do governo central, procurou desenvolver a educação, lutando contra o analfabetismo, ministrando o ensino técnico e profissionalizante, baseado na idéia de que a educação seria o aspecto que levaria a região ao progresso.

No entanto, nessa primeira fase do governo republicano no estado, há um período que muito nos interessa: a década de vinte. Esse momento começou com a

<sup>23</sup> ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros**: político e educador militante. p.99.

<sup>24</sup> MEDEIROS, Tarcísio. **Estudos de História do Rio Grande do Norte**. p.162.

<sup>25</sup> ARAÚJO, Marta Maria de. Op.cit. p.99.

<sup>26</sup> MEDEIROS, Tarcísio. Op. cit. p.163-164.

ascensão do governo Antônio José de Melo e Souza (1920-1924), que, “interessado em problemas educacionais, criou a [...] Faculdade de Farmácia de Natal”<sup>27</sup>, e teve seu auge no governo José Augusto Bezerra de Medeiros, quando foi feita uma reforma educacional (1925-1928).

A primeira tentativa de formação de um curso superior na capital do estado começou ainda com o estabelecimento da lei nº498, de 02 de dezembro de 1920, que iniciava a o projeto da Faculdade de Farmácia. Ainda no governo de Melo e Souza, no ano de 1923, finalmente a pioneira escola superior começou a funcionar, ainda no prédio do colégio Ateneu. Seu vestibular obteve a inscrição de 26 candidatos, mas, devido ao baixo nível do alunado, apenas quatro foram aprovados, e, destes, apenas dois terminaram o curso<sup>28</sup>. A Faculdade de Farmácia só existiu por dois anos, tendo sido fechada em 1925, após o término de sua primeira turma, e o estado continuava, portanto, a não ter cursos superiores consolidados. Os estudantes potiguares permaneceram tendo a necessidade de ir aos grandes centros brasileiros – Recife, Salvador e Rio de Janeiro, principalmente – para se graduar.

Apesar desse fracasso, a década de vinte vivenciou outros aspectos importantes para a educação estadual. No Rio Grande do Norte, “as pautas modernizadoras do governo José Augusto estavam articuladas, na década de 20, a projetos de homogeneização cultural e moral da sociedade”<sup>29</sup>, e, a partir de 1925, a educação potiguar, influenciada pelas questões da Escola Nova, experimentou ares de inovação. Como se sabe, o Escolanovismo criticou o tipo imediatista da educação proposta para acabar com o analfabetismo, imaginando que a educação deveria ser feita de forma integral, transformando a mentalidade dos alunos e da época. José Augusto, portanto,

---

<sup>27</sup> MARIZ, Marlene Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002. p.232.

<sup>28</sup> MEDEIROS, Tarcísio. **Estudos de História do Rio Grande do Norte**. p.164.

<sup>29</sup> ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante**. p.161.

buscou, segundo Marta Araújo, elevar a mentalidade dos indivíduos e a integração deles à vida moderna<sup>30</sup>.

A educação no Rio Grande do Norte, na Primeira República, diversas fases. No entanto, marcada pela idéia de Modernidade, havia o princípio de que era necessário o desenvolvimento educacional da população para que o progresso chegasse ao estado e, conseqüentemente, ao Brasil. Naqueles momentos iniciais do regime republicano, as elites locais utilizaram a educação, por razão do Federalismo Constitucional, de acordo com seus interesses políticos, inclusive instituindo reformas que apresentavam interpretações diversas sobre os modelos pedagógicos.

No entanto, a década de 1930 acabou com o Federalismo e concentrou, nas mãos do poder central, as decisões políticas acerca da educação. O regime de Getúlio Vargas, preocupado com a questão da nacionalidade, criou um Ministério da Educação e reformou a educação, instituindo um sistema nacional de educação.



---

<sup>30</sup> ARAÚJO, Marta Maria de. José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante. p.161.

## **2. ENTRE DITADURAS E DEMOCRACIAS: A EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE E O ESTABELECIMENTO DOS CURSINHOS (1930-1960)**

### **2.1. A educação na Era Vargas (1930/1945)**

A Revolução de 1930 alterou os rumos da política nacional, baseada nos governos oligárquicos que dominavam a nação desde a queda da monarquia. Naquele momento, o Federalismo, grande princípio constitucional, dava às elites os poderes de decisão acerca das atitudes a serem tomadas em seus estados. Como já dito, esse aspecto permitia que as questões como educação e saúde fossem utilizadas ao bel prazer dos dominantes para que estes mantivessem seus poderes.

No entanto, com o início do governo Vargas, as oligarquias viram seus antigos privilégios serem, pelo menos em parte, destruídos. Preocupado em construir um governo forte e centralizado, Getúlio Vargas modificou várias leis e, inclusive, constituições<sup>31</sup>, dando-o, assim, características de governo autoritário.

Assim, no tocante à educação, o novo governo preocupou-se com a instalação de um Sistema Nacional de Educação, contrapondo-se às diferentes e pulverizadas reformas educacionais que existiram no Brasil durante a Primeira República. Para tanto, Getúlio criou o Ministério da Educação e Saúde (1930), que, inicialmente ficou a cargo do jurista Francisco Campos, o qual instituiu a Reforma de 1931.

No momento da reforma, existiram diversas disputas de poder. Sabemos que determinados grupos educacionais competiram para estabelecer a sua forma de saber na reforma nacional. Dentre eles, podemos destacar o grupo católico e o Escolanovista.

Quando ocorreu a Proclamação da República (1889), o Estado separou-se da Igreja Católica, e, como dito no capítulo anterior, a educação passou a ser laica, tendo

---

<sup>31</sup> Sabe-se que, durante a Era Vargas (1930-1945), o Brasil teve duas constituições: uma em 1934, promulgada, e outra em 1937, outorgada, que foi a constituição do Estado Novo.

sito retirada dos currículos escolares o ensino religioso. O clero havia perdido boa parte do seu poder frente à sociedade, uma vez que tinha diminuído sua influência sobre a educação dos jovens brasileiros. Assim, quando houve a Reforma Francisco Campos, como também ficou conhecida, a Igreja passou a disputar pela necessidade do ensino religioso nas escolas públicas, pois criticava os ideais liberais propostos pelos educadores brasileiros, partindo do princípio de que uma sociedade individualista se tornava mais vulnerável à desagregação<sup>32</sup>. Os Escolanovistas, por sua vez, defendiam o ensino público, gratuito e laico, não aceitando a idéia de ensino religioso.

No entanto, procurando conter as disputas, o governo Vargas aproximou-se tanto dos intelectuais leigos quanto dos católicos, uma vez que, em 1934, a constituição tornou o ensino religioso facultativo, e em 1937, com a constituição do Estado Novo, a disciplina passou a integrar os cursos ordinários<sup>33</sup>, e o ensino público e gratuito se expandiu pelo Brasil.

O Rio Grande do Norte vivenciou, na Era Vargas, o estabelecimento destas disputas. Devemos lembrar que foi neste período que vários colégios religiosos estabeleceram-se em Natal: em 1932, o Colégio Nossa Senhora das Neves foi fundado; em 1936, em uma mansão doada por D. Inês Barreto, surgiu o Colégio Salesiano, na Ribeira; e o próprio Colégio Diocesano Santo Antônio anexo à Igreja de mesmo nome, na Cidade Alta, foi entregue, em dezembro de 1929, à direção dos Irmãos Maristas, que passaram a lecionar nele a partir de 1930<sup>34</sup>. Além disso, este período também foi marcado pela expansão do ensino público no estado, quando tivemos a fundação, por exemplo, do Ginásio Sete de Setembro, e “a expansão de uma rede de colégios estaduais para atender [...] também o interior”<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. p.50.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p.48-49.

<sup>34</sup> MEDEIROS, Tarcísio. *Estudos de História do Rio Grande do Norte*. p.163.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p.164.

A Reforma Campos também teve um significado importante para o ensino superior no Brasil, uma vez que instituiu o chamado Estatuto das Universidades Brasileiras, que

estabeleceu padrões para a organização de instituições de ensino superior em todo o país, determinando que uma universidade se formaria pela reunião de pelo menos três faculdades, entre as quais uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...]. O reitor de uma universidade e os diretores das faculdades, quando federais, seriam escolhidos pelo ministro da Educação [...]. O ingresso dos alunos em estabelecimentos de ensino superior continuava dependendo da apresentação de certificado de conclusão do curso secundário e da aprovação nos exames vestibulares<sup>36</sup>.

Assim, o ensino superior recebeu suas ordenações, que deveriam ser seguidas em todo território nacional. Embora essas leis tenham sido importantes para a regulamentação das universidades em todo o Brasil, ela não facilitou a instalação de uma faculdade no Rio Grande do Norte, pois o Estado, de poucos recursos, não tinha condições de financiar o desenvolvimento de uma universidade estadual. Mais uma vez, os alunos que podiam continuar a sua carreira de estudos eram os provenientes da elite potiguar, que se dirigiam às faculdades e universidades de centros maiores do que Natal<sup>37</sup>.

No ensino secundário, a Reforma de 1942, já sob os auspícios do ministro Gustavo Capanema, manteve a “tradição brasileira de formar a elite [...], priorizando a orientação clássica humanista, reservando a formação profissional e técnica aos

---

<sup>36</sup> GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sonhos. In: GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). **A República no Brasil**. p.417-419.

<sup>37</sup> Na Era Vargas, de acordo com Ângela de Castro Gomes, existia apenas cinco universidades: Universidade de Minas Gerais, Universidade do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal. A Universidade do Brasil, criada em 1939, absorveu os professores e alunos da URJ e da UDF. Retirado de GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sonhos. In: GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). Op. cit. p.421-422.

‘necessitados da misericórdia pública’<sup>38</sup>, que eram ensinados no complexo de treinamento para atividades econômicas – Sesc, Senai, Sesi, Senac.

O período de Vargas, portanto, pode-se conhecido como período da “nacionalização do ensino”, uma vez que a educação tornou-se uma preocupação séria do governo, ligada ao princípio do estabelecimento de uma identidade nacional, ainda em construção.

## **2.2. Populismo e Ditadura: a consolidação do ensino universitário potiguar e o surgimento dos cursinhos (1945-1960)**

A redemocratização iniciada a partir da queda de Getúlio Vargas e as eleições para a Assembléia Constituinte de 1946 e para novo presidente, gerou uma série de iniciativas educacionais importantes, as quais disputaram espaço político e coexistiram por vários anos. Todavia, continuava a existir a crença no poder de transformação social da educação, ainda com as idéias de que a escola pública tinha a missão de modernizar o país, integrando diversos setores populacionais.

Assim, a educação obteve diversos debates na época da nova carta constitucional. No entanto, esta não estabeleceu alterações significativas na estrutura do sistema nacional de ensino, mantendo a obrigatoriedade do ensino primário. No entanto houve o retorno do “preceito de que a União e os estados deveriam aplicar um percentual de seus recursos em educação, o que havia sido suprimido na Constituição outorgada de 1937”, e esse fato fortaleceu o “compromisso dos poderes públicos de atuar nos diferentes níveis de ensino”<sup>39</sup>. Assim, os governos estaduais tinham maiores possibilidades de estabelecer suas redes ensino, seja primário, secundário ou superior,

---

<sup>38</sup> BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. p.53.

<sup>39</sup> GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sonhos. In: GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). *A República no Brasil*. p.425.

uma vez que à União ficava permitida a cooperação, de todas as formas legais, com os poderes estaduais e municipais<sup>40</sup>.

Mesmo após o fim do Estado Novo, o Rio Grande do Norte ainda a ascensão de três interventores federais ao governo do estado, sendo eles Miguel Seabra Fagundes, Ubaldo Bezerra de Melo e Orestes da Rocha Lima. No governo deste último, por meio do Decreto-Lei estadual nº682, foi criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal (1947), que retomou as atividades da pioneira faculdade da década de 20, ainda com alguns de seus antigos professores. A faculdade começou a funcionar dois anos depois, já no governo de José Augusto Varela, tendo tido o reconhecimento dos seus cursos em 1952, no decreto nº31.209, do Governo Federal<sup>41</sup>.

O governo de José Varela, aliás, teve outra importante questão educacional, no tocante ao nível superior, uma vez que sancionou a lei nº149, de 15.08.1949, que instituiu a Faculdade de Direito de Natal (1949). No entanto, apenas no ano de 1955, seis anos após a sua criação, foi que o curso iniciou suas atividades, com um vestibular que obteve a inscrição de 126 candidatos, mas apenas 43 foram aprovados<sup>42</sup>.

Além das faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia e de Serviço Social – estabelecida em 1945 –, o governo estadual também criou a Faculdade de Medicina (1955), a Faculdade de Filosofia, Letras e Artes de Natal (1955) e a Escola de Engenharia de Natal (1957).

A criação desses cursos, em nosso entender, estava ligada a uma manobra política dos governos estaduais para reduzir sua dependência frente ao estado de Pernambuco, que “monopolizava” os conhecimentos acadêmicos no Nordeste, por ter as principais faculdades da região. De acordo com Tarcísio Medeiros, “até 1925, mais da

---

<sup>40</sup> GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sonhos. In: GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). *A República no Brasil*. p.425.

<sup>41</sup> MEDEIROS, Tarcísio. *Estudos de História do Rio Grande do Norte*. p.183.

<sup>42</sup> MEDEIROS, Tarcísio. Op. cit. p.190.

metade dos Desembargadores nomeados no Estado provinham de outras unidades da Federação”<sup>43</sup>, o que evidenciava a total subordinação educacional que o estado sofria. Assim, era necessário ao Rio Grande do Norte estabelecer graduações que pudessem dar, aos seus habitantes, as condições necessárias para assumirem funções importantes, inclusive na própria administração estadual.

Além disso, percebemos que boa parte dos cursos criados pelos governadores potiguares surgiram ou iniciaram suas atividades, geralmente, entre os anos de 1951-1955, exatamente no momento em que João Café Filho estava empossado como vice-presidente do Brasil. Obviamente os governos estaduais tiveram grande importância, mas a atuação do governo federal também é importante para a formação das primeiras graduações do estado. De acordo com Tarcísio Medeiros, quando da fundação da Faculdade de Medicina do estado,

a recente fundação recebeu todo o apoio do então Presidente da República, João Café Filho, e de outros elementos de importância no cenário nacional, originário (*sic*) deste Estado, havendo o Governo Federal aberto um crédito substancial em favor da instituição<sup>44</sup>.

Assim, seguindo a idéia de que o governo federal atuou em diferentes níveis educacionais, compreendemos que a instalação e funcionamento das primeiras faculdades norte-rio-grandenses muito devem ao governo federal, uma vez que créditos foram abertos para as recém-fundadas instituições. Deve-se, inclusive, ressaltar que o governo estadual, durante a administração de Dinarte Mariz, criou a Universidade do Rio Grande do Norte (1958), por meio da conjunção dos diversos cursos já existentes em Natal, mas a consolidação do seu funcionamento só ocorreu por meio de sua

---

<sup>43</sup> MEDEIROS, Tarcísio. *Estudos de História do Rio Grande do Norte*. p.190.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p.192.

federalização, em dezembro de 1960, pela lei nº2.307, assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira<sup>45</sup>.

Após suas fundações, as faculdades, para iniciar seus cursos, tinham que promover vestibular, dando, assim, as condições para que os alunos fossem aprovados nas graduações. Ao pesquisar acerca dos números de aprovados nos concursos, verificamos que a maior parte das vagas não foram preenchidas. No primeiro vestibular da Faculdade de Direito de Natal, realizado em 1955, compareceram 126 candidatos concorrendo por cinquenta vagas, mas apenas 43 foram aprovados. Pouco tempo depois, foi feito o primeiro concurso de habilitação para a Faculdade de Medicina de Natal, no qual apenas 22 alunos foram aprovados, em um total de quarenta vagas, o que acarretou a diminuição deste número para trinta. Já para a Faculdade de Engenharia, que teve seu primeiro vestibular em 1960, compareceram 37 candidatos, tendo sido aprovados apenas sete<sup>46</sup>.

O principal motivo para esta pouca aprovação estava enraizado no baixo nível educacional dos habitantes do estado, uma vez que a maioria destes não tinham acesso a boas condições escolares, e suas deficiências apareceram nos exames vestibulares, iniciados na década de 1950.

Foi exatamente nesse período que temos notícia do surgimento dos primeiros cursinhos em Natal, voltados, principalmente, para a preparação do alunado que iriam prestar vestibular na área biomédica ou tecnológica, ou seja, às faculdades de Medicina, Farmácia, Odontologia e Engenharia.

Levando isto em consideração, compreendemos também que os cursinhos começaram a surgir na década de 1950 não apenas pela motivação de uma nova fase educacional no estado – a consolidação do ensino superior – mas principalmente com o

---

<sup>45</sup> MARIZ, Marlene Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. p.348.

<sup>46</sup> MEDEIROS, Tarcísio. **Estudos de História do Rio Grande do Norte**.p.190-196.

intuito de suprir as dificuldades dos alunos que iriam prestar vestibular nas recém-fundadas faculdades e, até mesmo, em centros acadêmicos maiores, como Recife ou Salvador.

A demanda pelos cursinhos aumentou cada vez mais, principalmente após a federalização da Universidade do Rio Grande do Norte e da criação de mais cursos, tais como o de Contabilidade e de Engenharia Elétrica, ainda nos anos 60. Esta década, aliás, vivenciou o golpe militar de 1964 e também observou algumas transformações no sistema educacional.

No ensino superior, a ditadura aumentou o número de vagas nas universidades públicas e permitiu, também, o crescimento da rede privada na oferta de ensino superior<sup>47</sup>. No entanto, talvez a principal questão tenha sido a formulação da Reforma Universitária de 1968 – lei nº5.540/68 – e posteriormente o decreto nº68.908/71, que dispôs sobre o Concurso Vestibular. De acordo com Otaíza de Oliveira Romanelli, o decreto

previa o vestibular classificatório, que eliminava, de uma vez por todas, o problema jurídico dos excedentes e determinava que a sua execução fosse realizada ao mesmo tempo, em todo o Território Nacional ou, pelo menos, para diferentes regiões. Além disso, previa que as provas fossem idênticas para toda a Universidade ou grupo de Instituições interessadas, bem como previa sua gradativa unificação para regiões cada vez mais amplas. Dispôs ainda que as provas se limitassem, daí para frente, a conteúdos relativos às disciplinas, obrigatórias do ensino de grau médio<sup>48</sup>.

Essas reformas da ditadura militar aumentaram, ainda mais, a concorrência entre os alunos que iriam prestar exames para os cursos mais “prestigiados”, como Medicina e Direito, uma vez que modificou o vestibular, unificando-o e estabelecendo quais conteúdos deveriam ser abordados nas provas.

<sup>47</sup> BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. p.61.

<sup>48</sup> ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p.229.

Os últimos momentos dos anos 1960 e início da década 1970, portanto, foram cabais no estabelecimento de reformas que transformaram o ensino superior e sua forma de ingresso, as quais, claramente, também atingiram os cursinhos, os quais, em suas propostas, imaginavam levar o aluno às faculdades do estado. Para responder a estas modificações, eles se modernizaram, adquirindo uma estrutura diferente das décadas anteriores. Foi o período do surgimento do CPU, o primeiro cursinho de estrutura semelhante aos atuais. No entanto, não estamos interessados no desenvolvimento desta segunda fase de cursos preparatórios para o vestibular, como resolvemos chamar os que surgiram a partir dos anos 70. O nosso trabalho interroga o surgimento da primeira fase dos cursinhos, ainda na década de 1950.

### 3. MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR DE CURSINHO: OS PRIMEIROS MOMENTOS DE UMA NOVA FORMA DE ENSINO

Ao iniciarmos esta pesquisa acerca do surgimento dos primeiros cursinhos em Natal, percebemos que não havia sequer um trabalho publicado sobre este tema, o que nos dificultou bastante as investigações históricas. A maioria dos estudos sobre a educação no Rio Grande do Norte, concentra-se ou no período da Primeira República ou nas ações ocorridas entre a década de 1950 e 1960, como a criação da Universidade do Rio Grande do Norte e a Campanha de alfabetização “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, lançada pelo então prefeito de Natal, Djalma Maranhão.

Essa impossibilidade de realizar uma pesquisa de fôlego acerca das práticas educacionais potiguares nos levou a imaginar outros procedimentos metodológicos que poderiam auxiliar ao desenvolvimento da pesquisa. Percebi que outros historiadores, em suas buscas, também tiveram as mesmas dificuldades que enfrentamos, mas se utilizaram da História Oral para solucionar seus problemas. Assim, influenciados pelas obras de Selva Guimarães Fonseca, *Ser Professor no Brasil*<sup>49</sup>, e de Emery Marques Gusmão, *Memórias de quem ensina História*<sup>50</sup>, buscamos, por meio de entrevistas, as respostas aos nossos questionamentos.

Assim, pensando na definição que Verena Alberta dá à História Oral, como um procedimento de pesquisa surgido em meados do século XX e que “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou

---

<sup>49</sup> FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas: Papyrus, 1997.

<sup>50</sup> GUSMÃO, Emery Marques. *Memórias de quem ensina história: cultura e identidade docente*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”<sup>51</sup>, procuramos definir quais seriam os entrevistados que nos auxiliariam na formulação deste trabalho.

Infelizmente, alguns professores que compuseram na gênese dos cursinhos já não podem mais nos dar seus testemunhos, pois a morte já os visitou. Além disso, como este procedimento de pesquisa demanda negociação entre o historiador e seus entrevistados, várias vezes tentamos estabelecer contatos, geralmente negados com desculpas de que o tempo não daria condições para a realização da conversa. Mas, mesmo assim, conseguimos colher o testemunho de um dos primeiros professores daquela geração, José Henriques Bittencourt.

Escolhemos o professor Bittencourt por ser um dos agentes mais participativos na formação dos cursinhos, uma vez que ele esteve presente na origem dos cursinhos e foi fundador do *Dinâmico*, que se consolidou, nos anos 80, como uma das maiores estruturas de curso preparatório para o exame vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Para realizar a entrevista, estivemos atentos às sugestões de Verena Alberti, as quais estabeleciam que as perguntas deveriam ser abertas, para evitar que o entrevistado respondesse simplesmente com “sim” ou “não”, e que era necessário formular perguntas simples e diretas, sem extensas introduções que pudessem confundir o entrevistado<sup>52</sup>.

Outra preocupação que nos ateuve foi a idéia de que a entrevista de História Oral deveria ser compreendida como documento de cunho biográfico, e que, portanto, haveríamos de seguir a sugestão de Pierre Bordieu, para evitar a *ilusão biográfica*, a ilusão da unidade do eu, de uma identidade coerente<sup>53</sup>. Assim, ficamos atentos as falas do entrevistado, procurando inseri-las nos acontecimentos da época.

<sup>51</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.155.

<sup>52</sup> Ibid., p.179.

<sup>53</sup> Ibid., p.169.



### 3.1. Entrevista com o professor José Henriques Bittencourt

De formação tecnológica, graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (1954), o professor Bittencourt esteve envolvido em diversos momentos na educação do estado. Quando houve a instituição da Escola de Engenharia (1957), o ele se tornou um dos seus membros fundadores, tendo sido professor e coordenador do curso de Engenharia, já quando esta faculdade estava inserida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos anos 1960.

Além de estar ligado ao ensino superior, José Henriques Bittencourt também foi responsável pelo estabelecimento dos primeiros cursinhos em Natal, ainda nos anos 50, e tornou-se um dos professores mais respeitados nessa área, tendo criado o *Dinâmico*, um dos mais importantes cursos preparatório para o exame vestibular, já no final da década de 1970.

Inicialmente, perguntamos acerca de sua formação profissional, quando começou seu interesse pelo ensino:

*Qual a sua formação profissional?*

Bittencourt – Eu me formei em 1954, em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco, porque aqui em Natal não havia curso superior. Eu tive o prazer de estar na fundação, de ser um dos pioneiros da Escola de Engenharia da Universidade daqui.

*Quando foi que o senhor começou a trabalhar com educação?*

Bittencourt – Eu sempre gostei de ensinar. Eu era engenheiro, trabalhei em algumas repartições, mas tive o privilégio de ser um dos professores fundadores da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal.

Por ter trabalhado nas duas formas de ensino – superior e secundário –, por várias vezes o nosso entrevistado se refere ao curso de Engenharia, mesmo quando perguntado acerca dos cursinhos. Acreditamos ser esta uma estratégia de construção de

uma identidade, como mostrado por Bourdieu, de formação de um “eu coerente”. Sua história de vida está trespassada por seu auxílio na construção de um novo local de saber no estado, a Universidade do Rio Grande do Norte.

Pelo nosso conhecimento, sabíamos que, em Natal, nos anos 1950, já existiam alguns cursinhos. Perguntamos ao professor Bittencourt qual lembrança ele tinha da gênese dos cursos preparatórios para o vestibular:

*O senhor lembra dos primeiros cursinhos de Natal?*

Bittencourt – Eu me recordo bem que havia um professor pioneiro nos cursinhos. Ele morava na Rua Deodoro, já descendo para a Ribeira, e dava aulas na sua casa, para o vestibular da área biomédica. Posteriormente, o professor Herculano e Laércio também foram pioneiros. O professor Herculano não tinha formação tecnológica, era farmacêutico e dava aulas para a área biomédica, pois já existia a faculdade de Farmácia, de Odontologia e de Medicina. Depois ele estendeu seu curso para outras áreas, arranjando professores para dar outras disciplinas.

*Como eram as aulas naquela época?*

Bittencourt – Não havia uma questão formal, eram aulas ministradas em casa, como se fossem aulas particulares.

Naquela época não havia uma estrutura moderna, como as que os cursinhos atuais apresentam. Os pioneiros eram professores particulares, que estenderam suas aulas para outros alunos, no momento em que a demanda pelo vestibular aumentou. É válido notar que os cursinhos surgiram, principalmente, no cabo do desenvolvimento das primeiras faculdades em Natal, uma vez que, com estas instituições nas cidades, uma maior parte da população tinha possibilidades de continuar seus estudos, aspecto que não acontecia quando as faculdades estavam restritas aos grandes centros brasileiros e apenas a elite poderia mandar seus filhos para lá estudarem.

Outro aspecto a ser ressaltado é a necessidade de melhorar o nível de ensino do alunado, que chegava para prestar vestibular ainda com muitas deficiências provindas do ensino básico. Sabemos que os primeiros exames de habilitação para as faculdades

de Natal tiveram resultados catastróficos, com reprovação da grande maioria e, inclusive, sobra de vagas. No primeiro vestibular para Engenharia, como já informado anteriormente, só foram aprovados sete alunos, o que nos mostra que havia uma defasagem na educação norte-rio-grandense.

O professor Bittencourt lecionava a disciplina Matemática e, como a entrevista nos mostra, se recordou, principalmente, dos cursinhos ligados ao preparo dos alunos para a área tecnológica. Ele lembrou que, como o nível do vestibular para Engenharia era alto e muitos alunos não tinham condições de fazer a prova, informalmente, os próprios participantes da faculdade – professores e alunos graduandos – fizeram um cursinho:

Bittencourt – Foi criado pelos participantes do curso de Engenharia um cursinho que foi feito para estudar para a área tecnológica. Os pioneiros nesta questão foram eu, Dirceu Holanda, Geraldo Pinho Pessoa, Juarez Pascoal de Azevedo. Antomar Ferreira de Souza também participou. Ele ensinava no colégio Sete de Setembro.

*Onde vocês davam aula?*

Bittencourt – Nós alugamos uma sala no Sete de Setembro e dávamos aula lá, preparando os alunos para o curso de Engenharia.

Os primeiros cursinhos, portanto, surgiram, também, como necessidade da própria universidade em aumentar o nível do alunado que iria prestar vestibular para seus cursos. Os professores estavam ligados aos cursos de Engenharia, Farmácia, Direito, Medicina e Odontologia, e não tinham formação pedagógica, não eram licenciados nas suas respectivas disciplinas, uma vez que a própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, responsável pela formação de professores, só iniciou suas atividades em 1957<sup>54</sup>. Assim, no dizer do próprio professor Bittencourt, “na área tecnológica, a maioria eram engenheiros, não tinham formação pedagógica”.

---

<sup>54</sup> MEDEIROS, Tarcísio. *Estudos de História do Rio Grande do Norte*. p.194.

Como já dito anteriormente, a instalação de faculdades em Natal permitia que alunos não-provenientes das elites ingressassem nos cursos superiores. Muitos destes procuravam os cursinhos para sanar determinadas dificuldades. Obviamente, na década de 1950, em Natal, ainda uma pequena cidade, permanecia a existência de certos lugares sexuais<sup>55</sup>, ou seja, lugares dominados por determinado gênero. Os cursinhos apresentavam uma clientela marcada por homens, proveniente das classes médias:

*Qual era o perfil dos primeiros alunos de cursinho?*

Bittencourt – Eu creio que a maioria dos alunos que procuravam os cursinhos estavam preocupados com o vestibular daqui. Tínhamos uns trinta ou quarenta alunos. Eram poucas mulheres e a maior parte dos alunos não eram tão jovens. Eles eram, principalmente, da classe média, não eram da classe baixa, nem ricos. Alguns eram até mais simples. O pessoal que era rico ia para Recife, Salvador.

O período entre 1958-1968 apresentou várias transformações no ensino superior potiguar. Houve a criação da Universidade do Rio Grande do Norte, federalizada dois anos depois. No estado vivia-se um clima intenso de modernização, e o estabelecimento de uma instituição consolidada no ensino superior demonstrava o avanço potiguar. Os cursinhos vivenciaram aquele momento e, no entender do professor Bittencourt, a “procura pelos cursinhos aumentou, porque existiu [na época da criação da UFRN] um movimento muito forte no estado, um fenômeno muito amplo, no tocante à educação”.

Logo após a consolidação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, começaram a surgir cursinhos mais modernos, com uma estrutura semelhante aos atuais, com turmas maiores, aulas de revisão no fim de semana, dentre outros aspectos. O curso pioneiro foi o “Curso Pré-Universitário”, mais conhecido pela sigla CPU:

*O senhor lembra de alguns cursinhos dos anos 1960?*

Bittencourt – Tinha o Cursinho Pré-Universitário, o CPU. Ele foi o primeiro estruturado, assim, de forma moderna. Depois demorou

---

<sup>55</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998. p.38.

muito a aparecer alguns cursinhos como o CPU. Os cursinhos eram mais restritos, como cursos particulares.

Os cursinhos de estrutura mais moderna só vão se consolidar nas décadas de 1970 e 1980, com a formação do Delta, do Ferro Cardoso, do Dinâmico e do Hipócrates, cursos que tiveram importância cabal no estabelecimento do ensino preparatório para o vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estes cursinhos foram considerados por nós como a segunda geração de cursinhos, surgida após as décadas de 1950-1960.

Os primeiros cursinhos, portanto, não eram semelhantes à estrutura atual. Eram mais parecidos com aulas particulares, uma reunião de alunos na casa de um professor ou em uma sala alugada. Não havia, ainda, a idéia de empresa nos primórdios, uma vez que não existia, sequer, concorrência entre os professores ou cursos, como acontece nos dias de hoje. Como muitos cursinhos surgiram da própria universidade, o professor Bittencourt frisa que “não havia muito interesse financeiro, havia mais o interesse na qualidade do ensino”, no melhor preparo do alunado que iria ingressar nas faculdades.

## CONCLUSÃO

Os cursinhos surgiram em Natal exatamente no momento em que o estado vivia uma perspectiva de modernização e os governadores financiaram o desenvolvimento e auxiliaram a consolidar as faculdades estaduais, que, nos anos 60 do século XX, tornou-se Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ao analisar o contexto no qual a origem dos cursinhos esteve inserida, percebemos que havia, naquele momento, uma grande euforia educacional no estado, não apenas com o ensino superior, mas também com as campanhas de alfabetização, como a lançada pelo prefeito de Natal, Djalma Maranhão. Assim, os cursinhos aparecem como outra forma de ensino, dentro de todo clima de progresso e modernização daquela época.

Além disso, com a instituição da Universidade em Natal, a maioria das pessoas que concluíam o ensino secundário tinha condições de continuar seus estudos, uma vez que os cursos oferecidos eram gratuitos, de boa qualidade, e próximos de suas casas. Assim, esses alunos passaram a prestar vestibulares, mas, muitas vezes, suas deficiências impediam seus sucessos.

Verificando isso, professores e alunos, inclusive os que já estavam nos cursos superiores, iniciaram os primeiros cursos preparatórios, com o intuito de melhorar a qualidade dos candidatos que iriam prestar exames de habilitação.

Naquele momento, os cursinhos surgiram de forma praticamente “amadora”, sendo realizado nas casas dos professores ou em salas alugadas. Não havia funcionários e eram os próprios mestres que se preocupavam com as questões financeiras, dentre outros aspectos administrativos.

Assim, percebemos que os primeiros cursinhos não eram empresas, como hoje o são. Havia, entre os participantes deste movimento, claro, interesses financeiros, mas a qualidade do ensino era também fundamental, bem como o preparo dos seus alunos para o melhor ingresso na recém-fundada Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Entrevista

BITTENCOURT, José Henriques. **A formação dos cursinhos em Natal**. Entrevistador: Henrique Alexandre Medeiros de Lucena. Natal, 2006. 1 Cd (76 min.), mono.

### 2. Bibliografia consultada

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.155-202.

ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante**. Natal: EDUFRN, 1998.

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos, 6)

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida**. Campinas: Papyrus, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sonhos. In: GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p.385-437.

GUSMÃO, Emery Marques. **Memórias de quem ensina história: cultura e identidade docente**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARIZ, Marlene Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MEDEIROS, Tarcísio. **Estudos de História do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.13

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.